

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20250033/SEPLAG/COGEC

NUP: 46001.007299/2025-81

UASG: 943001

NÚMERO COMPRASNET: 91408/2025

A **SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO**, por intermédio do Pregoeiro e do membro da equipe de apoio designados por ato do Governador do Estado, que ora integra os autos, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**.

1. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DO MODO DE DISPUTA

1.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR GRUPO**, conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõe. A proposta final para o grupo não poderá conter item com valor superior ao estimado pela Administração, independentemente do valor total do grupo.

1.2 O modo de disputa será **ABERTO E FECHADO**.

2. DA FORMA DE FORNECIMENTO:

2.1. A forma de fornecimento será **PARCELADA**.

3. DA BASE LEGAL

3.1. A licitação se encontra baseada na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações; na Lei Estadual nº 18.417, de 11 de julho de 2023; na Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023; na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; na Lei Complementar Estadual nº 65, de 3 de janeiro de 2008; na Lei Complementar Estadual nº 134, de 7 de abril de 2014; no Decreto Estadual nº 35.067, de 21 de dezembro de 2022 e suas alterações; no Decreto Estadual nº 35.283, de 19 de janeiro de 2023; no Decreto Estadual nº 35.323 de 24 de fevereiro de 2023 e suas alterações; no Decreto Estadual nº 27.624, de 22 de novembro 2004; no Decreto Estadual nº 35.726, de 30 de outubro de 2023; no Decreto Estadual nº 36.863 de 29 de setembro de 2025; na Portaria PGE/GAB nº 36, de 8 de março de 2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

4. DO OBJETO:

4.1. O objeto da licitação é o Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Material de Consumo – Gêneros Alimentícios, pelas Escolas Estaduais da Região 03, situadas nos municípios de: Acaraú, Bela Cruz, Cruz, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Marco, Morrinhos, Barroquinha, Camocim, Chaval, Granja, Martinópolis, Uruoca, Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ipu, São Benedito, Tianguá, Ubajara, Viçosa do Ceará, Alcântaras, Cariré, Coreaú, Forquilha, Frecheirinha, Graça, Groaíras, Massapê, Meruoca, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Pires Ferreira, Reriutaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral e Varjota, nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

5. DO ACESSO AO EDITAL, LOCAL DE REALIZAÇÃO E DO PREGOEIRO

5.1. Este Edital está disponível gratuitamente nos sítios www.portalcompras.ce.gov.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/consulta-detalhada>.

5.2. O certame será realizado por meio do sistema do Compras.gov.br, no endereço eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>, pelo pregoeiro José Célio Bastos de Lima.

5.3. A audiência requerida por representante de licitante ou interessado em participar de licitação, com o fito de despachar sobre recurso ou impugnação de sua autoria junto à Central de Licitações da Procuradoria-Geral do Estado, será realizada conforme disposto na Portaria/PGE nº 38/2022, publicada na pg. 18 do DOE de 17/03/2022.

5.4. A equipe de apoio atende pelo telefone de nº (85) 3125.9375 e pelo e-mail: licitacao@pge.ce.gov.br.

6. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME

6.1. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 26/02/2026.

6.2. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 10/03/2026, às 9h.

6.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 10/03/2026, às 9h.

6.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília - DF.

6.5. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 48h (quarenta e oito horas) a contar da respectiva data, exceto quando remarcada automaticamente pelo próprio sistema eletrônico.

7. DO ENDEREÇO E HORÁRIO DA CENTRAL DE LICITAÇÕES

7.1. Central de Licitações/PGE, Av. Dr. José Martins Rodrigues, nº 150, Bairro Edson Queiroz, Fortaleza – Ceará, CEP: 60811- 520, CNPJ nº 06.622.070/0001-68.

7.2. Horário de expediente da Central de Licitações: das 8h às 12 h e das 14h às 18h.

8. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. A indicação da dotação orçamentária somente será exigida para a formalização do instrumento equivalente de contrato, conforme art. 103 do Decreto Estadual nº 35.067/2022 c/c §4º, art. 7º, do Decreto Estadual nº 35.323/2023.

9. DA PARTICIPAÇÃO

9.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira- ICP- Brasil.

9.1.1. A participação implica a aceitação integral dos termos deste Edital.

9.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou da Central de Licitações responsável pelo processamento das licitações, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

9.3.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.3.2. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor

familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

9.5. Não poderão disputar esta licitação:

9.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

9.5.2. Empresa em estado de insolvência civil, sob processo de falência, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação.

9.5.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, observado o § 1º do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

9.5.4. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021. A vedação é estendida a terceiros que auxiliem a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

9.5.5. Empresa estrangeira não autorizada a comercializar no país;

9.5.6. Empresa ou sociedade cooperativa cujo estatuto ou contrato social não inclua em seu objetivo social atividade compatível com o objeto do certame, e ainda, que não atendam o art. 16 da Lei nº 14.133/2021;

9.5.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

9.5.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

9.5.9. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

9.5.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

9.5.11. Pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas nas hipóteses do §5º do art. 14 da Lei nº 14.133/2021, ou que seja declarada inidônea nos termos da referida Lei.

9.5.12. Consórcio, qualquer que seja sua constituição, conforme justificativa constituída nos autos, nos termos do art. 15, caput, da Lei nº 14.133/2021.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, no endereço eletrônico citado no item 10.3 abaixo.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por meio do sistema utilizado na realização do certame, no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da sessão pública. As respostas divulgadas vincularão os participantes e a Administração.

10.2.1. As decisões do pregoeiro, sempre que necessário, se darão com embasamento nos pareceres e laudos emitidos pelas áreas técnicas e jurídicas do órgão e entidade promotora da licitação ou, conforme o caso, pela Comissão Central de Avaliação de Impugnações e Recursos

em Licitação, nos termos do § 1º do art. 24 e § 3º do art. 94 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, e nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 24 do Decreto Estadual nº 35.067/2022.

10.2.2. Na impossibilidade de resposta à impugnação no prazo citado no item 10.2, o pregoeiro poderá adiar a abertura da sessão pública, mediante aviso no sistema utilizado na realização do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados exclusivamente por meio eletrônico, no endereço licitacao@pge.ce.gov.br, até 23h59min, com a informação do nº do pregão, do órgão ou entidade promotora da licitação e pregoeiro responsável.

10.3.1. As impugnações apresentadas deverão ser subscritas por representante legal mediante comprovação, sob pena do seu não conhecimento.

10.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

11. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 40.361.257,46 (quarenta milhões, trezentos e sessenta e um mil, duzentos e cinquenta e sete reais e quarenta e seis centavos), conforme os custos unitários apostos na tabela constante do item 2 do Anexo I – Termo de Referência.

12. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

12.1.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

12.2. Após o julgamento da proposta, o licitante vencedor deverá enviar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado da convocação do pregoeiro, os documentos de habilitação.

12.3. Para efeito de julgamento das propostas eletrônicas, o valor a ser informado no sistema eletrônico pelos licitantes situados no Estado do Ceará, será o valor deduzido do percentual de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento), correspondente à média das diferenças de alíquotas interestaduais do ICMS, nos termos do disposto no Decreto Estadual nº 27.624/2004.

12.3.1. A dedução acima referida não se aplica ao fornecimento de produtos isentos e não tributados, e, na hipótese de a alíquota interna ser inferior ao percentual de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento), devendo neste caso, ser aplicado o percentual correspondente à alíquota cobrada.

12.4. Após a entrega dos documentos para habilitação e/ou proposta, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência conforme art. 64 da Lei nº 14.133/2021. O licitante deverá enviar os documentos complementares, via sistema utilizado na realização do certame, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da solicitação.

12.4.1. Não se caracterizam documentos novos aqueles que venham a comprovar fatos existentes à época da abertura da sessão, com respaldo no previsto no Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário.

12.4.2. Realizada a diligência, o não envio das informações ou documentos no prazo estabelecido pelo pregoeiro, ensejará a preclusão desse direito, resultando na inabilitação e/ou

desclassificação do licitante.

12.5. A não apresentação de declarações formais e/ou termos de compromissos exigidos, não implicará a desclassificação ou inabilitação imediata do licitante. Compete ao pregoeiro mediante diligência, conceder o mesmo prazo estabelecido no subitem 12.4 para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade.

12.6. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

12.6.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

12.6.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

12.6.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

12.6.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposto no art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;

12.6.4.1. Quando solicitado pela Administração, a comprovação da reserva de cargo poderá se dar da seguinte forma:

I – Realização de processos seletivos;

II – Divulgação ampla das oportunidades de vagas em meios acessíveis, tais como: internet, rádio, televisão, jornais de grande circulação;

III – Programas de inclusão promovidos pela licitante;

IV – Parcerias com entidades especializadas na busca ativa por candidatos que se enquadrem nas condições previstas neste subitem.

12.6.4.2. É admissível outros meios legais de prova que demonstrem esforços concretos para o preenchimento das vagas de que trata o subitem 12.6.4.

12.6.5. Desenvolve programa de integridade nos termos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, quando for o caso.

12.6.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou a sociedade cooperativa que cumpra os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021;

12.6.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

12.6.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

12.7. A falsidade das declarações de que tratam os subitens 12.6.1 ao 12.6.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e neste Edital.

12.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas no sistema, até a abertura da sessão pública.

12.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

13. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

13.1. O licitante deverá enviar sua proposta eletrônica com o preenchimento obrigatório de todos os campos solicitados no sistema, tais como: valor unitário e total; marca/fabricante; modelo/versão; descrição detalhada do objeto, contendo a especificação do Termo de Referência.

13.1.1. O não preenchimento correto dos campos ensejará a desclassificação do licitante.

13.1.2. Os preços deverão ser expressos em reais, com até 2 (duas) casas decimais.

13.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

13.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

13.4. Os preços ofertados, tanto na proposta eletrônica quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

13.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

13.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos, na fonte, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, e quando for o caso, de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

13.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação readequada.

13.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos pela Administração.

13.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento ou sobrepreço na execução do contrato.

14. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

14.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital, vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

14.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

14.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

14.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

14.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

14.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar os lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

14.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

14.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

14.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

14.8. Os licitantes somente poderão oferecer lances de valor unitário inferior ao último por eles ofertados e registrados pelo sistema.

14.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **0,01% (um centésimo por cento)**, utilizando como referência o **VALOR UNITÁRIO DO ITEM**.

14.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

14.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

14.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o item acima.

14.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado por ele mesmo no sistema.

14.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 14.10. possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o pregoeiro, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

14.13. Será adotado o modo de disputa “**aberto e fechado**” os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

14.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

14.13.2. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da melhor oferta e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

14.13.3. O licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

14.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 14.13.2, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado o disposto no item 14.13.3.

14.13.5. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhuma licitante classificada na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

14.13.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente.

14.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

14.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante. O sistema não identificará o autor dos lances ao pregoeiro nem aos demais participantes.

14.16. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízos dos atos realizados.

14.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

14.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

14.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

14.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

14.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

14.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

14.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem anterior, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

14.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

14.21. Em caso de empate entre duas ou mais propostas ou lances, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

14.21.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta ou lance em ato contínuo à classificação;

14.21.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão, preferencialmente, ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de

obrigações previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;

14.21.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, comprovado mediante a apresentação do Selo Empresa Amiga da Mulher, criado pela Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023 ou por quaisquer outros selos que representem ações de equidade entre homens e mulheres, criados pelos Estados e/ou Distrito Federal.

14.21.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme as diretrizes estabelecidas pela Controladoria-Geral do Estado ou, em sua ausência, pela Controladoria-Geral da União para as empresas privadas.

14.22. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

14.22.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Ceará;

14.22.2. Empresas brasileiras;

14.22.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

14.22.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

14.23. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata a lei, proceder-se-á o sorteio das propostas empatadas, pelo sistema Compras.gov.br, conforme Acórdão TCU nº 723/2024 Plenário.

14.23.1. Na impossibilidade do sorteio pelo sistema Compras.gov.br, serão adotadas as seguintes providências, a ser realizado em ato público:

I - Será comunicado, por meio do sistema, a data, o horário, o sítio eletrônico onde será realizado o sorteio, bem como a plataforma de transmissão ao vivo;

II - A data e o horário serão comunicados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a realização do sorteio;

III - O resultado do sorteio será registrado na ata da sessão pública, divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

14.24.1. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

14.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.25. A proposta deverá conter todas as especificações do objeto em atendimento ao Anexo I – Termo de Referência.

14.26. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado para, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, prorrogável por igual período na forma do art. 49 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, após a negociação realizada, anexar a proposta adequada ao último lance por ele ofertado, acompanhada dos documentos a ela pertinentes citados no subitem abaixo.

14.27. O licitante deverá anexar no sistema junto à proposta de preços:

14.27.1. Manual, catálogos figurativos ou folders do fabricante, impressos ou eletrônicos, em

português, contendo informações técnicas completas dos materiais ofertados, que possibilitem avaliação e verificação em conformidade com os requisitos estabelecidos.

14.27.2. A não apresentação de catálogos, folder ou manual não será motivo de desclassificação, imediata, observando-se o disposto no subitem 22.8 deste Edital. Compete à Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG conceder prazo razoável para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade.

14.28. Nos termos do Decreto Estadual nº 27.624/2004, o licitante melhor classificado situado no Estado do Ceará deverá apresentar a proposta com o valor acrescido do diferencial referido no subitem 12.3, mediante a utilização da seguinte fórmula:

$$VFP = \frac{VPV}{0,925}$$

Onde:

VFP = Valor Final da Proposta, acrescido da alíquota de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento);

VPV = Valor da Proposta Vencedora após o encerramento da disputa eletrônica anunciado pelo sistema;

0,925 = Fator de Reversão correspondente a 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento), que foram deduzidos antes da disputa.

15. DA FASE DE JULGAMENTO

15.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, observado o previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 9.5, deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);

II - Certificado de Registro Cadastral (CRC) CE.

III - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>); e

IV - Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>).

15.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante.

15.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

15.4. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no item 14.26 deste edital.

15.4.1. As decisões do pregoeiro se darão baseadas nos pareceres e laudos, nos termos previstos no item 10.2.1 deste Edital.

15.4.2. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

15.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao referido benefício.

15.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à

compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

15.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

15.7.1. Contiver vícios insanáveis;

15.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

15.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

15.7.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

15.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;

15.7.6. Contiver item com valor superior ao estimado pela Administração, independentemente do valor total do grupo, quando houver agrupamento de itens.

15.8. A ausência de documentos possíveis de serem verificados em sites oficiais, não é motivo de desclassificação.

15.9. A inexequibilidade da proposta, conforme disposto no art. 55 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, somente será reconhecida após a realização de diligência pela(s) área(s) técnica e/ou jurídica, conforme o caso, do órgão ou entidade promotora da licitação, que comprove:

I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

16. DA FASE DE HABILITAÇÃO

16.1. Os documentos previstos no subitem 12 do Anexo I - Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. A habilitação será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal ou do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, nos documentos de habilitação por eles abrangidos.

16.3. A verificação no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou a exigência dos documentos nele não contidos, somente será feita em relação ao licitante provisoriamente vencedor.

16.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

16.5. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação previstas neste Edital.

16.6. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado.

16.7. Os documentos deverão ser apresentados ou pela matriz ou pela filial que estiver participando do certame, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para as filiais como é o caso dos atestados de capacidade técnica. O instrumento equivalente de contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

16.8. O documento obtido através de sítios oficiais, que esteja condicionado à aceitação via internet, terá sua autenticidade verificada pelo pregoeiro.

16.8.1. Os documentos têm que se encontrar dentro do prazo de validade. Na hipótese de o

documento não constar expressamente a validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

17. DOS RECURSOS

17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou da lavratura da ata de julgamento da proposta, ou da habilitação ou inabilitação.

17.3. Quando a decisão do pregoeiro importar em abertura de prazo recursal, será comunicada a retomada da sessão pública com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, no sítio eletrônico utilizado para realização do certame.

17.3.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

17.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

17.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.7.1. Caso o licitante entenda ser necessário o envio de documentos complementares para melhor entendimento das suas razões e/ou contrarrazões de recurso, deverá disponibilizar um link no corpo da peça, de maneira que os referidos documentos sejam de acesso livre ao pregoeiro e demais interessados.

17.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.10. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo proponente.

17.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), naquilo que lhes couber e na Central de Licitações no endereço constante no subitem 7.1 deste Edital.

18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

18.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

- 18.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 18.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 18.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva ou;
- 18.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do Edital;
- 18.1.3. Não celebrar o contrato ou instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 18.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 18.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 18.1.5. Fraudar a licitação;
- 18.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 18.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 18.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 18.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 18.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.
- 18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 18.2.1. Advertência;
 - 18.2.2. Multa;
 - 18.2.3. Impedimento de licitar e contratar e
 - 18.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- 18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 18.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 18.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
 - 18.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 18.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 18.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 18.4. A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação, conforme §3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.
 - 18.4.1. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 18.4.1.1. Para as infrações previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, a multa será de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor da contratação.
 - 18.4.1.2. Para as infrações previstas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

18.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

18.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 18.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta, se houver, em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

18.9.1. A exigência da garantia de que trata o subitem anterior, obedecerá o disposto no art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.10. O licitante recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão contratante, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

19. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

19.1. A adjudicação do objeto e a homologação da licitação são de responsabilidade da autoridade superior.

19.2. O sistema gerará o relatório de disputa e de adjudicação e homologação.

20. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1. O sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

20.2. Para efeito de homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as condições previstas no art. 11 do Decreto nº 35.323/2023, inclusive em relação à formação do cadastro reserva e demais licitantes classificados na licitação.

20.3. Após a homologação do resultado da licitação, os preços ofertados pelos licitantes vencedores dos itens, serão registrados na Ata de Registro de Preços, elaborada conforme o anexo III deste Edital, pelo valor unitário do item.

20.4. Os licitantes classificados em primeiro lugar terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, para comparecerem perante o gestor a fim de assinarem a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito à contratação, e sem prejuízo das sanções previstas no Edital, podendo o prazo de comparecimento ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela administração.

20.5. A Ata de Registro de Preços poderá ser assinada por certificação digital, com autenticidade reconhecida pelo ICP-Brasil.

20.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva e dos demais classificados da licitação será julgada pelo pregoeiro, conforme §3º do art. 11 do Decreto nº 35.323/2023.

20.7. A Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG será o órgão gestor da Ata de Registro de Preços de que trata este Edital.

20.8. A Ata de Registro de Preços, elaborada conforme Anexo III, será assinada pelo titular da Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG, órgão gestor do Registro de Preços ou, por delegação, por seu substituto legal, e pelos representantes de cada um dos licitantes legalmente credenciados e identificados.

20.9. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, conforme art. 15 do Decreto Estadual nº 35.323/2023, alterado pelo art. 2º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, será de 1 (um) ano, contado a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que por acordo entre as partes e comprovado o preço vantajoso, nas mesmas condições, quantidades e valores.

20.10. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão divulgados no Portal de Compras do Estado e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e ficarão disponibilizados, por, no mínimo, a vigência da ata de registro de preços.

20.11. A Ata de Registro de Preços uma vez lavrada e assinada, não obriga a Administração a firmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de licitação específica, desde que devidamente motivada, sendo assegurado ao detentor do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

20.12. O participante do SRP (Sistema de Registro de Preços), quando necessitar, efetuará aquisições junto aos detentores de preços registrados, de acordo com os quantitativos e especificações previstos, durante a vigência do Ata.

20.13. Os detentores de preços registrados ficarão obrigados a fornecer o objeto licitado aos órgãos e entidades participantes do SRP (Sistema de Registro de Preços), nos prazos, quantidades e demais condições definidas no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

20.14. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por órgão ou entidade de outros entes federativos, como órgãos e entidades interessados, mediante consulta prévia ao órgão gestor do registro de preços, conforme disciplina o art. 20 do Decreto nº 35.323/2023.

20.15. Os órgãos e entidades interessados, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gestor do Registro de Preços, o qual indicará o fornecedor e o preço a ser praticado.

20.15.1. As contratações decorrentes da utilização da Ata de Registro de Preços de que trata este subitem não poderão exceder, por órgão e entidades interessados, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório, registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

20.15.2. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços a que se refere o item anterior, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos e entidades interessados que aderirem.

20.15.3. Os órgãos e entidades interessados deverão efetivar a contratação em até 90 (noventa) dias, contados a partir da autorização do órgão gestor do registro de preços, observado o prazo de vigência da ata.

20.15.4. A comunicação ao gestor do registro de preços acerca do cumprimento do prazo previsto no subitem 20.15.3. será providenciada pelo órgão e entidades interessados até o quinto dia útil após a contratação.

20.15.5. O órgão gestor do registro de preços não autorizará a adesão à ata de registro de preços para contratação separada de itens de objeto adjudicado por preço global para os quais o detentor do registro não tenha apresentado o menor preço.

20.16. Caberá ao órgão gestor do Registro de Preços, para utilização da Ata por órgãos e entidades interessados da Administração Pública, proceder a indicação do licitante detentor do preço registrado, obedecida à ordem de classificação.

20.17 O detentor de preços registrados que descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, terá o seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos incisos I a IX do artigo 25 do Decreto nº 35.323/2023.

20.18. Os preços registrados poderão ser revistos a qualquer tempo em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos itens registrados, observado o constante no art. 23 do Decreto n.º 35.323/2023.

20.19. O Órgão Gestor convocará o detentor do preço registrado para negociar o preço e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado.

20.19.1. Não havendo êxito nas negociações, o gestor da Ata poderá convocar os demais licitantes classificados, podendo negociar os preços de mercado, ou cancelar o item, ou ainda revogar a Ata de Registro de Preços.

20.20. Serão considerados preços de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Administração para os itens registrados.

20.21. As alterações registradas, oriundas de revisão dos preços ou da marca ou modelo do item registrado, serão publicadas no Diário Oficial do Estado e na página oficial do Governo do Estado na internet.

20.22. As demais condições contratuais se encontram estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência e IV – Minuta do Termo de Contrato, parte integrante deste Edital.

20.23. As quantidades previstas no Anexo I – Termo de Referência deste Edital, são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se a Administração, através do órgão e entidade participante, o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário ou mesmo abster-se de adquirir o item especificado.

21. DA CONTRATAÇÃO

21.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar, aceitar ou retirar o instrumento equivalente de contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

21.1.1. O instrumento equivalente de contrato poderá ser assinado por certificação digital, com autenticidade reconhecida pelo ICP-Brasil.

21.2. Na assinatura, no aceite ou na retirada do instrumento equivalente de contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo contratado durante todo o período da contratação, bem como a apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

21.3. Será exigida, ainda, a comprovação de abertura de conta no Banco BRADESCO.

21.4. Quando o adjudicatário não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste Edital, ou se recusar a assinar, aceitar ou retirar o instrumento de contrato, poderá ser convidado outro licitante pelo pregoeiro, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar, aceitar ou retirar o instrumento equivalente de contrato.

21.5. A forma de pagamento, obrigações, recebimento e demais condições aplicáveis à contratação estão definidas no Anexo I – Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

21.6. Da Subcontratação

21.6.1. Não será admitida a subcontratação.

21.7. Da Garantia contratual

21.7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a contratação.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste Edital para a fase externa se iniciam e se vencem somente nos dias e horários de expediente da Central de Licitações. Os demais prazos se iniciam e se vencem exclusivamente em dias úteis de expediente da contratante.

22.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.7. É facultado ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.

22.8. O descumprimento de prazos estabelecidos neste Edital e/ou pelo pregoeiro ou o não atendimento às solicitações ensejará DESCCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do licitante.

22.9. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida à licitante, ainda que se trate de originais.

22.10. Os representantes legais dos licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.11. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

22.12. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

22.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Carta Proposta

ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços

ANEXO IV – Minuta do Termo de Contrato

Fortaleza/CE, 03 de fevereiro de 2026.

Alexandre Sobreira Cialdini
ORDENADOR DE DESPESAS

Aprovado: _____
Assessoria Jurídica – SEPLAG

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº46001.007299/2025-81

UNIDADE REQUISITANTE: COORDENADORIA DE GESTÃO DE COMPRAS - COGEC

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Material de Consumo – Gêneros Alimentícios pelas Escolas Estaduais da Região 03, situadas nos municípios de: Acaraú, Bela Cruz, Cruz, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Marco, Morrinhos, Barroquinha, Camocim, Chaval, Granja, Martinópole, Uruoca, Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ipu, São Benedito, Tianguá, Ubajara, Viçosa do Ceará, Alcântaras, Cariré, Coreaú, Forquilha, Frecheirinha, Graça, Groaíras, Massapê, Meruoca, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Pires Ferreira, Reriutaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral e Varjota, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo.

1.2. Este objeto será realizado através de licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, com a forma de fornecimento parcelada.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

GRUPO 01 - ÁGUA (AMPLA DISPUTA)					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)
01	15130 - ÁGUA MINERAL, NATURAL DA FONTE, SEM GAS, CONSUMO HUMANO, ACONDICIONADA EM GARRAFÃO RETORNÁVEL EM PLÁSTICO RESISTENTE, POLIPROPILENO OU POLICARBONATO, TRANSPARENTE COM NÍTIDA VISIBILIDADE, SEM MANCHAS, SEM ODOR, SEM FUROS OU MICROFUROS, SEM FISSURAS, SEM AMASSO, LACRADO COM TAMPAS, ROTULO INTACTOS COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DO ENVASE, VALIDADE, CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICAS NOME DA FONTE, NOME DA EMPRESA ENGARRAFADORA, CNPJ, Nº DO REGISTRO MINISTÉRIO DA SAÚDE, GARRAFÃO 20.0 LITROS - AMPLA DISPUTA OS VASILHAMES ACONDICIONADORES DE ÁGUA (GARRAFÕES), DEVEM CONTER AFIXADOS O SELO FISCAL DE CONTROLE DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA LEI Nº 14.455/2009, DE 02/09/2009.	GARRAFÃO 20.0 LITROS	99.998	8,3800	837.983,24
02	811744 - ÁGUA ADICIONADA DE SAIS, ACONDICIONADA EM GARRAFÃO POLIPROPILENO, TRANSPARENTE COM NÍTIDA VISIBILIDADE, SEM GAS, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DA	GARRAFÃO 20.0 LITROS	34.065	6,9000	235.048,50

	<p>ENVASSE, VALIDADE, COMPOSIÇÃO QUÍMICA, CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICAS, GARRAFÃO 20.0 LITROS - AMPLA DISPUTA</p> <p>OS VASILHAMES ACONDICIONADORES DE ÁGUA (GARRAFÕES), DEVEM CONTER AFIXADOS O SELO FISCAL DE CONTROLE DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA LEI Nº 14.455/2009, DE 02/09/2009.</p>				
--	--	--	--	--	--

GRUPO 02 - CARNES, AVES E PEIXES (AMPLA DISPUTA)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)
03	<p>14044 - CARNE BOVINA, ACÉM, SEM OSSO, SEM ADIÇÃO DE SAL, CONGELADA, EMBALAGEM EM FILME PVC TRANSPARENTE OU SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, Nº DO LOTE, ACONDICIONADAS EM CAIXA DE PAPELÃO LACRADAS, REGISTRO SIF, SIE OU SIM, EMBALAGEM 1.0 QUILOGRAMA - AMPLA DISPUTA</p> <p>PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DIPOA Nº304 DE 22/04/96 E Nº145 DE 01/09/98, RESOLUÇÃO DA ANVISA Nº105 DE 19/05/99.</p>	EMBALAGEM 1.0 QUILOGRAMA	79.238	42,0000	3.327.996,00
04	<p>14125 - CARNE BOVINA, PATINHO SEM OSSO, SEM ADIÇÃO DE SAL, CONGELADA, EMBALAGEM EM FILME PVC TRANSPARENTE OU SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, Nº DO LOTE, ACONDICIONADAS EM CAIXA DE PAPELÃO LACRADAS, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, REGISTRO SIF, SIE, OU SIM, EMBALAGEM 1.0 QUILOGRAMA - AMPLA DISPUTA</p> <p>PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DIPOA Nº304 DE 22/04/96 E Nº145 DE 22/04/98, RESOLUÇÃO DA ANVISA Nº105 DE 19/05/99.</p>	EMBALAGEM 1.0 QUILOGRAMA	111.621	38,6900	4.318.616,49
05	<p>24880 - CARNE BOVINA, CHARQUEADA, PONTA DE AGULHA, EMBALAGEM EM SACO</p>	EMBALAGEM 1.0	59.189	39,0000	2.308.371,00

	<p>DE POLIETILENO A VÁCUO, TRANSPARENTE, ROTULADO, IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DE FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, N° DO LOTE, ACONDICIONADAS EM CAIXA DE PAPELÃO LACRADAS, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, REGISTRO SIF, SIE, OU SIM, VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES, EMBALAGEM 1.0 QUILOGRAMA - AMPLA DISPUTA</p> <p>EMBALAGEM DE FORNECIMENTO DE NO MÍNIMO 100GR.</p> <p>PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DIPOA N° 304 DE 22/04/96 E N° 145 DE 01/09/98, RESOLUÇÃO DA ANVISA N° 105 DE 19/05/99.</p>	QUILOGRAMA			
06	<p>25275 - CARNE SUÍNA, LOMBO, SEM OSSO, SEM TEMPERO, SEM ADIÇÃO DE SAL, CONGELADA, EMBALADOS EM SACOS DE POLIETILENO TRANSPARENTE COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, N° DO LOTE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, ACONDICIONADAS EM CAIXA DE PAPELÃO LACRADAS, EMBALAGEM 1.0 QUILOGRAMA - AMPLA DISPUTA</p> <p>PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DIPOA N°304 DE 22/04/96 E N°145 DE 01/09/98, RESOLUÇÃO DA ANVISA N°.105 DE 19/05/99</p>	EMBALAGEM 1.0 QUILOGRAMA	122.063	29,0000	3.539.827,00
07	<p>38822 - CARNE BOVINA, COXÃO MOLE, SEM ADIÇÃO DE SAL, SEM OSSO, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, EMBALADOS EM SACOS DE POLIETILENO TRANSPARENTE, N° DO LOTE, ACONDICIONADAS EM CAIXA DE PAPELÃO LACRADAS, REGISTRO SIF, SIE, OU SIM, EMBALAGEM 1.0 QUILOGRAMA - AMPLA DISPUTA</p> <p>PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DIPOA N° 304 DE 22/04/96 E N° 145 DE 01/09/98, RESOLUÇÃO DA ANVISA N° 105 DE 19/05/99.</p>	EMBALAGEM 1.0 QUILOGRAMA	131.367	38,0000	4.991.946,00
08	<p>809226 - FRANGO, COXA E SOBRECORA, CONGELADO, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, N° DE LOTE, DATA DE VALIDADE, PRAZO DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, N° DO REGISTRO NO SIF, SIE OU SIM, EMBALADOS EM SACOS DE POLIETILENO TRANSPARENTE, ACONDICIONADOS EM CAIXAS DE PAPELÃO LACRADAS,</p>	EMBALAGEM 1.0 QUILOGRAMA	100.783	21,3300	2.149.701,39

	<p>EMBALAGEM 1.0 QUILOGRAMA - AMPLA DISPUTA</p> <p>PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DIPOA Nº 304 DE 22/04/96 E Nº 145 DE 01/09/98, RESOLUÇÃO DA ANVISA Nº 105 DE 19/05/99.</p>				
09	<p>809286 - PEIXE, FILE DE TILÁPIA, SEM ESPINHA, NÃO VIOLADAS, CONGELADO, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, Nº DE LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, Nº DO REGISTRO NO SIF, SIE OU SIM, EMBALADOS EM SACOS DE POLIETILENO TRANSPARENTE, ACONDICIONADOS EM CAIXAS DE PAPELÃO LACRADAS, EMBALAGEM 1.0 QUILOGRAMA - AMPLA DISPUTA</p> <p>INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 21, DE 31 DE MAIO DE 2017.</p>	EMBALAGEM 1.0 QUILOGRAMA	53.059	38,3200	2.033.220,88
10	<p>1889896 - CARNE BOVINA, MÚSCULO, MOÍDA, CONGELADA, EMBALADOS EM SACOS DE POLIETILENO TRANSPARENTE, ACONDICIONADA EM CAIXA DE PAPELÃO LACRADA, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, Nº DO LOTE, VALIDADE, REGISTRO SIF, SIE, OU SIM, EMBALAGEM 1.0 QUILOGRAMA - AMPLA DISPUTA</p> <p>PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DIPOA Nº 304 DE 22/04/96 E Nº 145 DE 01/09/98, RESOLUÇÃO DA ANVISA Nº 105 DE 19/05/99.</p>	EMBALAGEM 1.0 QUILOGRAMA	118.075	32,0000	3.778.400,00
11	<p>7568810 - FRANGO, FILE DE PEITO, CONGELADO, SEM PELE, SEM CARTILAGEM, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, Nº DO LOTE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, Nº DO REGISTRO NO SIF, SIE OU SIM, EMBALADOS EM SACOS DE POLIETILENO TRANSPARENTE, ACONDICIONADOS EM CAIXA DE PAPELÃO LACRADAS, EMBALAGEM 1.0 QUILOGRAMA - AMPLA DISPUTA</p> <p>PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DIPOA Nº 304 DE 22/04/96 E Nº 145 DE 01/09/98, RESOLUÇÃO ANVISA Nº 105 DE 19/05/99.</p>	EMBALAGEM 1.0 QUILOGRAMA	228.180	22,0000	5.019.960,00

GRUPO 03 - CEREAIS (AMPLA DISPUTA)					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)
12	14133 - MARGARINA VEGETAL, SEM SAL, IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, IDENTIFICAÇÃO DE FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE, POTE 500.0 GRAMAS - AMPLA DISPUTA	POTE 500.0 GRAMAS	16.966	8,9500	151.845,70
13	15008 - ÓLEO VEGETAL, DE SOJA, COMESTÍVEL, PURO, REFINADO, RICO EM VITAMINA E, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO, EMBALAGEM PLÁSTICA 900.0 MILILITROS - AMPLA DISPUTA RESOLUÇÃO 482/99 ANVISA	EMBALAGEM PLÁSTICA 900.0 MILILITROS	33.948	8,7600	297.384,48
14	21440 - ARROZ, LONGO FINO TIPO 1, BRANCO, POLIDO, GRÃOS INTEIROS, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO, PACOTE 1.0 QUILOGRAMA - AMPLA DISPUTA RESOLUÇÃO 12/78 DA COMISSÃO NACIONAL DE NORMAS E PADRÕES PARA ALIMENTOS - CNNPA	PACOTE 1.0 QUILOGRAMA	82.049	6,3000	516.908,70
15	21458 - FEIJÃO, DE CORDA, TIPO 1, EMBALADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE DE POLIETILENO, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, SACO PLÁSTICO 1.0 QUILOGRAMA - AMPLA DISPUTA RESOLUÇÃO 12/78 COMISSÃO NACIONAL DE NORMAS E PADRÕES PARA ALIMENTOS - CNNPA	SACO PLÁSTICO 1.0 QUILOGRAMA	47.104	7,9000	372.121,60
16	21539 - FARINHA, DE MANDIOCA, QUEBRADINHA, FINA, TIPO 1, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO, SACO PLÁSTICO 1.0 QUILOGRAMA - AMPLA DISPUTA RESOLUÇÃO 12/78 COMISSÃO NACIONAL DE NORMAS E PADRÕES PARA ALIMENTOS - CNNPA	SACO PLÁSTICO 1.0 QUILOGRAMA	47.924	6,0000	287.544,00
17	21954 - ARROZ, PARBOLIZADO, GRÃOS INTEIROS, LONGO FINO, TIPO 1, DADOS DE	PACOTE 1.0	116.073	5,5000	638.401,50

	IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO, PACOTE 1.0 QUILOGRAMA - AMPLA DISPUTA RESOLUÇÃO 12/78 COMISSÃO NACIONAL DE NORMAS E PADRÕES PARA ALIMENTOS - CNNPA	QUILOGRAMA			
18	886270 - FEIJÃO, CARIOCA, TIPO 1, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, SACO PLÁSTICO 1.0 QUILOGRAMA - AMPLA DISPUTA RESOLUÇÃO 12/78 DA COMISSÃO NACIONAL DE NORMAS E PADRÕES PARA ALIMENTOS - CNNPA	SACO PLÁSTICO 1.0 QUILOGRAMA	48.898	6,5500	320.281,90
19	1216945 - FLOCOS, DE MILHO PRE COZIDO, TIPO FLOCÃO, SEM ADIÇÃO DE SAL, ENRIQUECIDO DE FERRO E ACIDO FÓLICO VITAMINA B9, NÃO CONTEM GLÚTEN, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO, SACO PLÁSTICO 500.0 GRAMAS - AMPLA DISPUTA	SACO PLÁSTICO 500.0 GRAMAS	83.236	2,0000	166.472,00

GRUPO 04 - ALIMENTOS LATICÍNIOS (AMPLA DISPUTA)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)
20	369583 - LEITE, UHT OU ESTERILIZADO, INTEGRAL, TETRA PACK, SELO DO SIF, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE MÍNIMA DE 4 MESES, CAIXA 1.0 LITRO - AMPLA DISPUTA	CAIXA 1.0 LITRO	170.247	5,9900	1.019.779,53
21	1156803 - LEITE EM PO, INTEGRAL, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, DATA DE FABRICAÇÃO, PESO LIQUIDO, N° DE LOTE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E/OU MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PACOTE 200.0 GRAMAS - AMPLA DISPUTA	PACOTE 200.0 GRAMAS	61.180	7,5000	458.850,00
22	1232700 - LEITE EM PÓ, DESNATADO, COR BRANCA, SEM ADULTERAÇÕES, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA,	EMBALAGEM 200.0 GRAMAS	22.881	8,5000	194.488,50

	INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, N° DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, N° DO REGISTRO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, SIF, DIPOA, CARIMBO DE INSPEÇÃO, EMBALAGEM 200.0 GRAMAS - AMPLA DISPUTA				
23	1869847 - IOGURTE, SABOR MORANGO, CONSISTÊNCIA CREMOSA, EMBALAGEM ATOXICA, ESTÉRIL, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, N° DE LOTE, VALIDADE MÍNIMA 30 DIAS, N° DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DE AGRICULTURA SIF SIE DIPOA, GARRAFA 900.0 GRAMAS - AMPLA DISPUTA	GARRAFA 900.0 GRAMAS	51.944	13,0000	675.272,00
24	1869857 - IOGURTE, SABOR MAMÃO COM BANANA E MAÇÃ, CONSISTÊNCIA CREMOSA, EMBALAGEM ATOXICA, ESTÉRIL, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, N° DE LOTE, VALIDADE MÍNIMA 30 DIAS, N° DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DE AGRICULTURA SIF SIE DIPOA, GARRAFA 900.0 GRAMAS - AMPLA DISPUTA	GARRAFA 900.0 GRAMAS	34.200	13,5111	462.079,62
25	1869867 - IOGURTE, SABOR AMEIXA, CONSISTÊNCIA CREMOSA, EMBALAGEM ATÓXICA, ESTÉRIL, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, N° DE LOTE, VALIDADE MÍNIMA 30 DIAS, N° DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DE AGRICULTURA SIF SIE DIPOA, GARRAFA 900.0 GRAMAS - AMPLA DISPUTA	GARRAFA 900.0 GRAMAS	31.624	12,7333	402.677,88
26	1870042 - IOGURTE, SABOR GRAVIOLA, CONSISTÊNCIA CREMOSA, EMBALAGEM ATOXICA, ESTÉRIL, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, N° DE LOTE, VALIDADE MÍNIMA 30 DIAS, N° DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DE AGRICULTURA SIF SIE DIPOA, GARRAFA 900.0 GRAMAS - AMPLA DISPUTA	GARRAFA 900.0 GRAMAS	23.009	14,1500	325.577,35

GRUPO 05 - ALIMENTOS DIVERSOS (AMPLA DISPUTA)					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE	QUANTI	VALOR	VALOR

		FORNECIMENTO	DADE	UNITÁRIO (R\$)	GLOBAL (R\$)
27	809266 - PÃO, MASSA FINA, TIPO HAMBÚRGUER OU <i>HOT DOG</i> , COMPOSTO DE FARINHA DE TRIGO, ÁGUA, SAL E FERMENTO QUÍMICO, ACONDICIONADOS EM SACOS DE POLIETILENO ATÓXICOS, RESISTENTE E TRANSPARENTE, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS E QUANTIDADE DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE, PACOTE 500.0 GRAMAS - AMPLA DISPUTA	PACOTE 500.0 GRAMAS	142.461	7,5000	1.068.457,50
28	1993257 - MACARRÃO, ESPAGUETE, FINO, SÊMOLA OU SEMOLINA, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO, PACOTE 500.0 GRAMAS - AMPLA DISPUTA	PACOTE 500.0 GRAMAS	78.982	5,8500	462.044,70

2.1. Havendo divergências entre as especificações deste Anexo e as do sistema, prevalecerão as deste Anexo.

2.2. O valor mínimo por ordem de compra será de R\$ 100,00 (cem reais), podendo ser menor se o saldo total do Órgão Participante para compra ao fornecedor for inferior a este valor.

2.3. Os garrafões de 20 litros para a distribuição da água mineral deverão ser em forma de comodato, contendo o prazo de validade do vasilhame (conforme Portaria 387/08 do DNPM).

2.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Estadual nº 34.450/2021.

2.5. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns nos termos do inciso XIII do art. 6º c/c o art. 20 ambos da Lei nº 14.133/2021.

2.6. Dos Locais de entrega:

2.6.1. O objeto deste registro de preços, destina-se a atender as escolas estaduais, razão pela qual realizou-se o planejamento nº 2025/08758 - LICITAWEB, visando futuras e eventuais aquisições de Material de Consumo – Gêneros Alimentícios para as Escolas Estaduais da Região 03, situadas em, Acaraú, Bela Cruz, Cruz, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Marco, Morrinhos, Barroquinha, Camocim, Chaval, Granja, Martinópolis, Uruoca, Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ipu, São Benedito, Tianguá, Ubajara, Viçosa do Ceará, Alcântaras, Cariré, Coreaú, Forquilha, Frecheirinha, Graça, Groaíras, Massapê, Meruoca, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Pires Ferreira, Reriutaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral e Varjota.

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, conforme art. 15 do Decreto Estadual nº 35.323/2023, alterado pelo art. 2º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, será de 1 (um) ano, contado a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que por acordo entre as partes e comprovado o preço vantajoso, nas mesmas condições, quantidades e valores.

3.2. O prazo de vigência do contrato é de 1 (um) ano, contado da assinatura, na forma do art. 94 c/c o art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.3. O contrato poderá ser alterado pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

4. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A presente contratação visa atender à necessidade contínua de fornecimento de gêneros alimentícios para as escolas estaduais da Região 03, garantindo a execução ininterrupta dos programas de alimentação escolar. Trata-se de insumo essencial para o cumprimento das políticas públicas educacionais e de segurança alimentar, assegurando que todos os alunos matriculados tenham acesso a refeições nutritivas e balanceadas durante o período letivo. Essa iniciativa contribui diretamente para o desenvolvimento físico, cognitivo e social dos estudantes, reforçando o papel da escola como espaço de promoção da saúde e da aprendizagem.

4.2. O problema a ser resolvido está relacionado à necessidade de assegurar a regularidade e a qualidade do fornecimento dos gêneros alimentícios, evitando interrupções que possam comprometer o atendimento da merenda escolar. A ausência ou insuficiência desses insumos compromete não apenas a execução dos cardápios planejados, mas também impacta negativamente a frequência e o desempenho escolar, podendo resultar em evasão e desmotivação dos alunos.

4.3. Além de atender a uma demanda obrigatória prevista em legislações e programas nacionais de alimentação escolar, a contratação é estratégica para promover a inclusão social e reduzir desigualdades. Por meio do fornecimento regular de refeições adequadas, o Estado contribui para a melhoria da qualidade de vida dos estudantes, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, consolidando o direito à educação com dignidade e reforçando a confiança da comunidade escolar na rede pública de ensino.

4.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual e com as diretrizes de logística sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração, definidos em regulamento do Poder Executivo Estadual, conforme art. 6º do Decreto Estadual nº 35.283/2023.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

5.1. A solução proposta consiste na contratação, por meio de Registro de Preços de gêneros alimentícios destinados ao atendimento das demandas das escolas da rede estadual de ensino. Os itens serão organizados por grupos, conforme a natureza dos produtos, com entregas parceladas de acordo com solicitações das unidades contratantes, visando atender às aquisições por demanda. Essa sistemática permitirá maior eficiência logística e controle no fornecimento, garantindo que os produtos cheguem às unidades escolares no momento adequado ao consumo.

5.1.1. O objeto contempla o fornecimento de alimentos não perecíveis, tais como arroz, feijão, carnes e outros itens que compõem a alimentação escolar. As entregas deverão ser realizadas diretamente nas unidades escolares, observando cronograma previamente estabelecido pelas unidades, prazos de entrega compatíveis com a necessidade de consumo, e condições adequadas de transporte e armazenamento. Será exigida a manutenção da integridade física e da qualidade nutricional dos produtos até o momento do consumo.

5.1.2. Todos os produtos fornecidos deverão atender integralmente às portarias do Ministério da Agricultura, às diretrizes da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos (CNNPA) e às resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), em especial no que se refere a requisitos mínimos de qualidade, segurança sanitária, rotulagem e prazo de validade. Essas exigências serão especificadas no Termo de Referência, visando assegurar a conformidade legal e a proteção da saúde dos estudantes, contribuindo para a execução eficaz dos programas de alimentação escolar e, por consequência, para a permanência e o bom desempenho acadêmico dos alunos.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Subcontratação

6.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.2. Garantia contratual

6.2.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

6.3. Sustentabilidade

6.3.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

I – Dar preferência a insumos com origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados; menor geração de resíduos; e preferência por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. O prazo de execução do objeto contratual é de 01 (um) ano, contado a partir da publicação do contrato em Diário Oficial do Estado.

7.1.1. O prazo de execução poderá ser prorrogado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, o disposto na Lei Federal nº 13.303/2016.

7.2. Condições de Entrega

7.2.1. O objeto contratual deverá ser entregue nos endereços constantes no Anexo A em conformidade com as especificações e condições estabelecidas neste termo, no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do recebimento da ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, na quantidade, horários, local e dias estabelecidos no respectivo documento.

7.2.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.2.2.1. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados e aceitos pelo contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

7.2.3. O prazo de validade dos produtos na data da entrega não poderá ser inferior a 80% do prazo total recomendado pelo fabricante/produtor.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados, quando houver, e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante especialmente designado para este fim pelo contratante, ou pelo respectivo substituto, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual.

8.7. A fiscalização se responsabilizará pelo acompanhamento da execução do objeto contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.7.1. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.7.3. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7.5. O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

8.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, quando for o caso, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido por comissão constituída para este fim.

9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

9.1. Recebimento do Objeto

9.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste termo e na proposta, nos termos do art. 140, II, "a" da Lei nº 14.133/2021.

9.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do contratado, às suas

custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao contratado para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens objeto da contratação, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da contratação.

9.2. Liquidação.

9.2.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

9.2.1.1. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

9.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.4. A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no subitem 12.13 deste Termo.

9.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do instrumento equivalente de contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

9.3. Prazo de pagamento

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias** úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

9.3.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

9.4. Forma de pagamento

9.4.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente do contratado, exclusivamente no Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº 15.241/2012, e para as empresas pública e sociedades de economia mista, na instituição bancária indicada pelo contratante.

9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.5. Antecipação de Pagamento

9.5.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento, nos termos do art. 145, caput, da Lei nº 14.133/2021.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este instrumento e seus anexos;

10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

10.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.4. Acompanhar e fiscalizar a entrega do bem contratado e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

10.5. Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

10.6. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo,

forma e condições estabelecidos neste Termo;

10.7. Aplicar as sanções previstas na lei e Edital, quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

10.8. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do instrumento equivalente de contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução da contratação.

10.8.1. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**.

10.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do edital e deste anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.2. Entregar o objeto, quando for o caso, acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

11.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da contratação ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), ou no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Estado do Ceará, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do instrumento equivalente de contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto;

11.10 Atender além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do

objeto, atender ainda os seguintes requisitos de sustentabilidade.

11.10.1. Dar preferência a insumos com origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados; menor geração de resíduos; e preferência por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

11.11. Comunicar ao fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.

11.12. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.13. Manter durante a vigência contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

11.14. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas.

11.15. Comprovar, na forma do subitem 12.6.4.1 do Edital, as reservas de cargos e vagas a que se referem o subitem acima, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme disposto no art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021, e a quantidade de cargos que permaneceram vagos.

11.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento contratual.

11.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

11.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.19. Promover, se for o caso, a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto.

11.20. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização do contratante.

11.21. Respeitar os princípios de proteção de dados pessoais elencados na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 e suas alterações.

11.22. Respeitar as normas e procedimentos de controle de fornecimento de água, utilizando garrafas afixadas com selo fiscal de controle para cumprimento das obrigações tributárias em conformidade com a Lei Estadual nº 14.455/2009.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

12.2. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

12.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.2.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

12.2.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971.

12.2.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia, nos termos do Decreto Estadual nº 34.598/2022;

12.2.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009;

Qualificação técnica

12.3. A documentação relativa à qualificação técnico-operacional, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, consistirá em:

12.4. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, em características e quantidade com o objeto da licitação por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

12.5. Para a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

12.6. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o instrumento equivalente de contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764/1971;

12.7. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

12.8. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução do instrumento equivalente de contrato;

12.9. O registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

12.10. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o instrumento equivalente de contrato;

12.11. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos

fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o instrumento equivalente de contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

12.12. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Habilitações fiscal, social e trabalhista

12.13. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

12.13.1. A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.13.2. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.13.3. A regularidade perante a fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.13.4. A regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

12.13.5. A regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

12.13.6. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

12.14. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.15. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, uma vez que o certificado de microempreendedor – CCMEI, supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio certificado.

12.16. Os documentos enumerados no subitem 12.13, poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico. Quanto à comprovação de atendimento do disposto nos subitens 12.13.3, 12.13.4 e 12.13.5 deverá ser feita na forma da legislação específica.

12.17. Para os Estados e Municípios que emitam prova de regularidade fiscal em separado, os proponentes deverão apresentar as respectivas certidões.

12.18. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

12.19. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de declarado o vencedor, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

12.20. A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido,

implicará a decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

12.21. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante melhor classificado.

13. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. A indicação da dotação orçamentária somente será exigida para a formalização do instrumento equivalente de contrato, conforme art. 103 do Decreto Estadual nº 35.067/2022 c/c §4º, art. 7º, do Decreto Estadual nº 35.323/2023.

14. DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO A – ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES.

ANEXO B – ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇOS.

ANEXO A – ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES

Nº	SIGLA - NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE	ENDEREÇO - TELEFONE
1	23545445 - EEM FRANCISCO ARAUJO BARROS	Sítio SÍTIO BARBOSA, n s/n - ZONA RURAL, Itarema - CE, 62.590-000 - 8899725718
2	23006307 - EEM LUZIA ARAUJO BARROS	Avenida JOAO BATISTA RIOS, n 905 - Centro, Itarema - CE, 62.590-000 - 8899312011
3	23545437 - EEM PREFEITO JOSÉ MARIA MONTEIRO	Avenida ADONIAS ALVES DA COSTA, n S/N - ALMOFALA, AlmofoalaItarema - CE, 62.592-000 -
4	23545453 - EEM PROFESSORA THEOLINA DE MURVILLO ZACAS	Condomínio Residencial RUA SAO GONÇALO, n S/N, ESCOLA - ZONA RURAL, Bela Cruz - CE, 62.570-
5	23002115 - EEFM PROFESSORA MARIETA SANTOS	Condomínio Residencial RUA SAO VICENTE, n 699 - CHAPADINHA, Bela Cruz - CE, 62.570-000 -
6	23004258 - EEM SAO FRANCISCO DA CRUZ	Condomínio Residencial RUA PROFESSORA FILO, n 86 - Centro, Cruz - CE, 62.595-000 - 8899288500
7	23009578 - EEFM MONSENHOR ANTONINO	Rua MONSENHOR EURICO, 892, n 892 - CRUZ, Guaraciaba do Norte - CE, 62.380-000 - 8836522240
8	23010665 - EEM MONSENHOR MELO	Avenida ESC PEDRO F ASSIS, n 284 - Centro, Ibiapina - CE, 62.360-000 - 8863535102
9	23231939 - CEJA DOUTOR GERARDO CAMELO MADEIRA	Rua PADRE CORREIA, n 1235 - CENTRO, Ipu - CE, 62.250-000 - 8836833910
10	23237775 - EEM ANTONIO PEREIRA DE FARIAS	Distrito JOAO MARQUES DE SOUSA, n S/N, RUA NOVA - DISTRITO DE VARZEA DO GILO, Ipu -
11	23026596 - EEM AUTON ARAGÃO	Rua CORONEL LIBERALINO, n 1029 - Centro, Ipu - CE, 62.250-000 - 8836833912
12	23027584 - EEM DONA THEREZA ODETTE	Rua CEL. FELIX, n 600, PREDIO - REINO DE FRANÇA, Ipu - CE, 62.250-000 - 8836831367
13	23026693 - EEM DELMIRO GOUVEIA	Avenida MILTON CARVALHO, n 1171 - CENTRO, Ipu - CE, 62.250-000 - 8836833917
14	23011661 - EEFM DEPUTADO TOMAZ BRANDAO	Rua SANTOS DUMONT, n S/N - INHUCU, InhuçáSão Benedito - CE, 62.373-000 - 8836263600
15	23010886 - EEFM FARIAS BRITO	Rua PRAÇA DOM COUTINHO, n 864 - CENTRO, São Benedito - CE, 62.370-000 - 8836269864
16	23010851 - EEFM MINISTRO ANTONIO COELHO	Rua RUA MINISTRO ANTONIO COELHO, n 452 - CENTRO, São Benedito - CE, 62.370-000 -
17	23236434 - EEM LICEU DE SAO BENEDITO DR JOAO ALMIR DE FREITAS BRANDAO	Avenida AV TABAJARA, n 000 - MONSENHOR OTALICIO, São Benedito - CE, 62.370-000 - 8836261945
18	23227362 - CEJA PROFESSORA OFELIA PORTELA MOITA	Rua CAPITAO JOAQUIM LOURENCO, n 635 - Centro, Tianguá - CE, 62.320-000 - 8836719312
19	23265876 - LICEU DE TIANGUA JOSE NI MOREIRA	Rua ZENI Nº 12, n 12 - SANTO ANTONIO, Tianguá - CE, 62.320-000 - 8836711798
20	23272104 - EEPF ROSANGELA ALBUQUERQUE DE COUTO	Conjunto CJ INDUSTRIAL, n S/n, ESCOLA PROFISSIONAL - CENTRO, Itarema - CE, 62.590-000 -
21	23247983 - ESCOLA INDIGENA TREMEMBE FRANCISCO SALES NASCIMENTO	Núcleo Rural ESCOLA, n sn, TELHAS - TELHAS, Lagoa do CarneiroAcarau - CE, 62.583-000 -
22	23252626 - EEM RAIMUNDA SILVEIRA DE SOUZA CARNEIRO	Rua VILA PREA, n 00, ESCOLA ESTADUAL RAIMUNDA SILVEIRA - ZONA RURAL, Cruz - CE,
23	23174986 - EEM TOMAZ POMPEU DE SOUSA BRASIL	Rua RUA JOSE JULIO LOUSADA, n 133, CREDE 3 - CENTRO, Acaraú - CE, 62.580-000 - 8899671310
24	23506989 - EEM LICEU DE ITAREMA VALDO DE VASCONCELOS RIOS	Rua RUA DAS INDUSTRIAS, n SN, PREDIO PUBLICO - LAGOA SECA, Itarema - CE, 62.590-000 -
25	23215747 - ESCOLA INDIGENA TREMEMBE JOSE CABRAL DE SOUSA	Rua CORREGO DA VOLTA, n S/N - VARJOTA, Itarema - CE, 62.590-000 - 8836671419
26	23215720 - ESCOLA INDIGENA TREMEMBE MARIA VENANCIA	Avenida ALDEAMENTO TREMEMBE DA PRAIA DE ALMOFALA, n S/N, EIT MARIA VENANCIA -
27	23548053 - ESCOLA INDIGENA TREMEMBEROSA SUZANA DA ROCHA	Alameda SAO JOSE, n sn, ESCOLA - CORREGO DA VOLTA, Itarema - CE, 62.590-000 - 8896005948

Nº	SIGLA - NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE	ENDEREÇO - TELEFONE
28	23007036 - EEM JOSÉ TEIXEIRA DE ALBUQUERQUE	Rua RUA MARÇAL DE SOUSA, n 851 - CENTRO, Ijoca de Jericoacoara - CE, 62.598-000 - 8836691236
29	23545429 - EEM FRANCISCO PORCIANO FERREIRA	Condomínio Residencial RUA MOCAMBO, n 0000000000, ESCOLA - ZONA RURAL, Marco - CE,
30	23007648 - EEM RICARDO DE SOUSA NEVES	Rua RIOS, n 815 - Centro, Marco - CE, 62.560-000 - 8899904511
31	23008300 - EEFM CARMINHA VASCONCELOS	Rua NOSSA SENHORA DE FATIMA, n 309, ESCOLA - Centro, Morrinhos - CE, 62.550-000 - 9999531303
32	23234580 - EEM JAIME LAURINDO DA SILVA	Travessa DO CAMPO, n SN, EEMTI JAIME LAURINDO DA SILVA - CENTRO, Barroquinha - CE,
33	23002468 - COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR IVAN PEREIRA DE CARVALHO	Rua RIACHUELO, n 2231 - CRUZEIRO, Camocim - CE, 62.400-000 - 8531013894
34	23216328 - CEJA PADRE ANTONIO TOMAS	Praça PRAÇA CEL JOSE FILOMENO, n S/N - CENTRO, Acaraú - CE, 62.580-000 - 8836611573
35	23236477 - EEM LICEU DE ACARAU MARIA ALICE RAMOS GOMES	Rua RUA JOSE OTALICIO MARTINS ROCHA S/N, n 20, LICEU DE ACARAU - MONSENHOR EDSON
36	23252863 - EEM MARIA STELA ROCHA AGUIAR	Rua GURIU, n S/N, PV CORREGO DO BRAÇO - GURIU, Camocim - CE, 62.400-000
37	23236574 - EEM MONSENHOR JOSÉ AUGUSTO DA SILVA	Rua ANTONIO ZEFERINO VERAS, n 909 - Centro, Camocim - CE, 62.400-000 - 8836216482
38	23004088 - EEM MONSENHOR JOSÉ CARNEIRO DA CUNHA	Rua EDUARDO MOTA, n 201 - Centro, Chaval - CE, 62.420-000 - 8836251162
39	23245247 - CEJA GUILHERME GOUVEIA	Rua TRISTAO GONCALVES, n 66 - SAO PEDRO, Granja - CE, 62.430-000 - 8836241589
40	23005157 - EEFM CORONEL LUIZ FELIPE	Rua Principal RUA FRANCISCO SOUSA, n 381, PRAÇA CORONEL LUIZ FELIPE - CENTRO, Granja -
41	23275049 - ESCOLA DE ENSINO MEDIO NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	Rodovia RODOVIA CE 085, KM 296, n KM 296, RODOVIA CE 085 - PARAZINHO, Granja - CE,
42	23005033 - COLÉGIO ESTADUAL SÃO JOSÉ	Rua FRANCISCO SOUSA, n 131 - Centro, Granja - CE, 62.430-000 - 8836241290
43	23271850 - EEM PREFEITO DARIO CAMPOS FEIJO	Rodovia ROD CE 362, n S/N - BENEDITO BARROS, Martinópolis - CE, 62.450-000 - 8836271059
44	23016604 - EEM OLIMPIO SAMPAIO DA SILVA	Rua MARIA DAS GRAÇAS SIQUEIRA, n 48 - CENTRO, Uruoca - CE, 62.460-000 - 8836481400
45	23245000 - EEM JOAQUIM BASTOS GONÇALVES	Conjunto Residencial JACOB FELICIANO RIBEIRO, n 91 - CARNAUBAL, Carnaubal - CE, 62.375-000 -
46	23008814 - EEM ANTONIO RAIMUNDO DE MELO	Avenida AVENIDA PAULO SARASATE, n 539 - CRUZEIRO, Carnaubal - CE, 62.375-000 - 8836502281
47	23242426 - EEM DE CROATA FLAVIO RODRIGUES	Avenida PARQUE NORTE, n 780 - CAROBA, Croata - CE, 62.390-000 - 8836591519
48	23252650 - ESCOLA QUILOMBOLA LUZIA MARIA DA CONCEIÇÃO	Sítio SÍTIO TRES IRMAOS, n 0 - ZONA RURAL, Croata - CE, 62.390-000 - 8899284164
49	23009748 - EEM MARIA MARINA SOARES	Rua 12 DE NOVEMBRO, n 119 - CENTRO, Guaraciaba do Norte - CE, 62.380-000 - 8836522184
50	23011769 - EEM MONSENHOR AGUIAR	Rua TEOFILO RAMOS, n 553 - Centro, Tianguá - CE, 62.320-000 - 8836719331
51	23013176 - EEM GRIJALVA COSTA	Rua JOSÉ RUFINO PEREIRA, n 180, EEM GRIJALVA COSTA - CENTRO, Ubajara - CE, 62.350-000 -
52	23013125 - EEM FLAVIO RIBEIRO LIMA	Rua RUA TENENTE JOSE RAMIRO DE SOUSA, n 215, PROXIMO AO CASTELO CLUB - MONTE
53	23244712 - EEEP JOSE VICTOR FONTENELLE FILHO	Rua LAMARTINE NOGUEIRA, n S/N, ESCOLA - SAO JOSE, Viçosa do Ceará - CE, 62.300-000 -
54	23014385 - EEM DEPUTADO MANOEL RODRIGUES	Rua SDO , n 397, RUA PROFESSOR JOÃO VIANA - CENTRO, Viçosa do Ceará - CE, 62.300-000 -
55	23244780 - EEM IRMÃ LINS	5ª Avenida AVENIDA SEBASTIAO MAGALHAES NOGUEIRA, n S/N - SÃO JOSE, Viçosa do Ceará -
56	23016876 - EEM FRANCISCO DE ALMEIDA MONTE	Rua FRANCISCO CUNHA, n 00 - SAO JOSE, Alcântaras - CE, 62.120-000 - 8836401421
57	23246723 - EEEP GUIOMAR BELCHIOR AGUIAR	Rodovia CE 183, n S/N - CENTRO, Cariré - CE, 62.184-000 - 8836461174
58	23018178 - EEM DONA MARIETA CALS	Rua SEBASTIAO MIRANDA, n 500 - CENTRO, Cariré - CE, 62.184-000 - 8836461343
59	23277980 - EEEP GERARDO CRISTINO DE MENEZES	Rua RUA JOSE WALTER PINTO, n 00 - ALTO SAO JOSE, Coreau - CE, 62.160-000 - 8836451414
60	23545496 - EEM MARIA MENEZES CRISTINO	Rodovia CE 240 - KM77, n sn, DISTRITO DE COREAU/CE - ARAQUEM, AraquémCoreau - CE, 62.165-
61	23015594 - EEM VILEBALDO AGUIAR	Rua RUA CORONEL ANTONIO TELES , n 33, CENTRO - CENTRO, Coreau - CE, 62.160-000 -
62	23274565 - EEEP GERARDO JOSE DIAS DE LOIOLA	Rodovia BR 222 - KM 210, n S/N, ESCOLA PROFISSIONALIZANTE - JOSE RAIMUNDO DE LOIOLA,

Nº	SIGLA - NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE	ENDEREÇO - TELEFONE
63	23018445 - EEM ELZA GOERSCH	Rua CRIANCA DANTE VALERIO, n S/N - Centro, Forquilha - CE, 62.115-000 - 8836191300
64	23015705 - EEM ANTONIO CUSTODIO	Rua RUA TENENTE EUFRASIO, n 133 - CENTRO, Frecheirinha - CE, 62.340-000 - 8836551169
65	23236507 - EEM RAIMUNDO DA CUNHA BRITO	Rua IDELZUITE CARVALHO DE SOUSA, n 153 - SANTA LUZIA, Graça - CE, 62.365-000 - 8836561440
66	23019344 - EEM MONSENHOR LINHARES	Rua Rua Vereador Jose Afonso Parente, n 201 - CENTRO, Groairas - CE, 62.190-000 - 8836471132
67	23021322 - EEM WILEBALDO AGUIAR	Rua CEL MANOEL DIAS, n 250 - CENTRO, Massapé - CE, 62.140-000 - 8836431505
68	23020431 - EEM GOVERNADOR ADAUTO BEZERRA	Praça PRAÇA MANOEL JARBAS AGUIAR, n S/N - CENTRO, Massapé - CE, 62.140-000 - 8836431457
69	23017368 - EEM MONSENHOR FURTADO	Rua MONSENHOR FURTADO CAVALCANTE, n 316, AV. CARLOS DAVI, ESCOLA MONSENHOR
70	23016230 - EEM HUET ARRUDA	Travessa CECILIA FREIRE, n SN, CENTRO - CENTRO, Moraujo - CE, 62.480-000 - 8836421430
71	23022248 - EEM JOSE CLAUDIO DE ARAUJO	Rua JOSE CLAUDIO DE ARAUJO, n 615 - Centro, Mucambo - CE, 62.170-000 - 8836541407
72	23029153 - EEM FRANCISCO SOARES DE OLIVEIRA	Rua FREI JULIAN, n S/N, ESCOLA DO ESTADO FRANCISCO SOARES DE OLIVEIRA - Centro, Pires
73	23545488 - EEM INACIO GOMES DE VASCONCELOS	Distrito SIT LAGINHA, n sn, ZONA RURAL - DISTRITO, Pires Ferreira - CE, 62.255-000 - 8899730115
74	23030046 - EEFM FRANCISCA CASTRO DE MESQUITA	Rua JOSE FURTADO DE MELO, n 125, SAIDA DE RERIUTABA PARA AMANAIAIRA - CASAS DA
75	23259507 - EEM JOSE FIDELIS DE MOURA	Comunidade BONFIM CONCEICAO, n S/N, ZONA RURAL - ZONA RURAL, Santana do Acaraí - CE,
76	23023953 - EEM NAZARÉ SEVERIANO	Rua NONATO ARCANJO, n S/N - CENTRO, Santana do Acaraí - CE, 62.150-000 - 8897724816
77	23024291 - EEM CORONEL APOLIANO	Condominio Residencial RUA PE. TARCISIO MELO, n 308 - Centro, Senador Sá - CE, 62.470-000 -
78	23203390 - CEJA PROFESSORA CECY CIALDINE	Rua Oriano Mendes, n 455 - Centro, Sobral - CE, 62.010-370 - 8836111940
79	23025000 - EEFM MINISTRO JARBAS PASSARINHO	Avenida John Sanford, n 1765 - Junco, Sobral - CE, 62.030-362 - 8899244483
80	23026359 - EEFM DEPUTADO CESARIO BARRETO LIMA	Rua NOSSA SENHORA DO CARMO, n 000, ESCOLA DO ESTADO - Centro, Tapera/Sobral - CE,
81	23025034 - EEM DOUTOR JOAO RIBEIRO RAMOS	Rua Conselheiro José Júlio, n SN, EM FRENTE A CAIXA ECONOMICA FEDERAL - Centro, Sobral - CE,
82	23264101 - EEM DOUTOR JOSE EUCLIDES FERREIRA GOMES JUNIOR	Rua ONOFRE GOMES DE OLIVEIRA, n SN, DISTRITO DO JORDAO - ZONA RURAL, Sobral - CE,
83	23024631 - EEM PROFESSOR ARRUDA	Rua Coronel Mont'Alverne, n 596 - Centro, Sobral - CE, 62.011-210 - 8836774273
84	23025263 - EEFM PROFESSOR LUIS FELIPE	Rua Coronel José Silvestre, n 760 - Campo dos Velhos, Sobral - CE, 62.030-010 - 8836774267
85	23025611 - EEM SINHA SABOIA	Rua Pedro Guimarães, n S/N, PROXIMO AO CRAS MINI MARINHO - Dom Expedito, Sobral - CE, 62.050-
86	23247754 - EEM AGOSTINHO NERES PORTELA	Rua MARIA ARAUJO DAMASCENO, n S/N - RAFAEL ARRUDA, Sobral - CE, 62.000-990 - 8836155071
87	23025905 - EEM AYRES DE SOUSA	Rua BETA, S/Nº, n S/Nº, MUNICIPIO DE SOBRAL - JAIBARAS, Jaibaras/Sobral - CE, 62.107-000 -
88	23025190 - COLEGIO ESTADUAL DOM JOSE TUPINAMBA DA FROTA	Avenida Comandante Maurocílio Rocha Pontes, n 350 - Derby Clube, Sobral - CE, 62.042-280 - 8836774701
89	23025832 - EEM ISRAEL LEOCADIO DE VASCONCELOS	Rua PEDRO ROCHA, n 479, PRAÇA DA VARZEA - Centro, Aracati/Sobral - CE, 62.111-000 -
90	23025140 - EEFM MONSENHOR JOSE GERARDO FERREIRA GOMES	Rua Madalena de Sá, n SN - Cohab I, Sobral - CE, 62.050-570 - 8836774292
91	23185287 - CERE PREFEITO JOSE EUCLIDES FERREIRA GOMES JUNIOR	Rua Humberto Lopes, n S/N - Domingos Olímpio, Sobral - CE, 62.022-304 - 8836774288
92	23024658 - EEFM PROFESSORA CARMOSINA FERREIRA GOMES	Rua do Nossa Senhora Carmo, n S/N, EM FRENTE A IGREJA SAO JOSE - Sumaré, Sobral - CE, 62.014-
93	23030631 - EEM WALDIR LEOPERCIO	Rua RUA TENENTE PEDRO CRUZ, n 8836391189, EMPRESTIMOS - CENTRO, Varjota - CE, 62.265-
94	23215763 - ESCOLA INDIGENA TREMEMBE DE PASSAGEM RASA	Rua PASSAGEM RASA, n S/N, BAIRRO CORREGO DA VOLTA - ZONA RURAL, Itarema - CE, 62.590-
95	23252642 - EEM MARIA JOSE MAGALHAES	Sítio SITIO ALEGRE, n sn, PV CAUCAIA - ZONA RURAL - Morrinhos - CE, 62.550-000 - 8881314650
96	23253126 - ESCOLA INDIGENA TREMEMBE JOVENTINO GABRIEL FELIX	Rua PV SAQUINHO, n S/N, DEPOIS DA PONTE DO LAMEIRAO - ALMOFALA, Itarema - CE, 62.590-
97	23215755 - ESCOLA INDIGENA TREMEMBE DE TAPERA	Residencial SANTO ANTONIO, n 133 - OUTRA BANDA, Acaraú - CE, 62.580-000 - 8888014531

Nº	SIGLA - NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE	ENDEREÇO - TELEFONE
98	23231289 - ESCOLA INDIGENA TREMEMBE MANGUE ALTO	BR MANGUE ALTO, n S/N, PROX AO SALAO DA REGINA E A CAIXA D'AGUA - MANGUE
99	23271663 - ESCOLA INDIGENA TREMEMBE DE QUEIMADA	Rua R. QUEIMADAS, n SN, ALDEIA INDIGEMA TREMEMBE DE QUEIMADAS - ZONA RURAL,
100	23001011 - EEFM MARIA CONCEICAO DE ARAUJO	Rua ANTONIO CANUTO, n 191 - Centro, Aracati/Acaraí - CE, 62.585-000 - 8836741991
101	23029943 - EEM CORONEL ALFREDO SILVANO	Rua MONSENHOR JOSE ATAIDE DE VASCONCELOS, n 83 - Centro, Reriutaba - CE, 62.260-000 -
102	C06MJAP - EEFM MONSENHOR JOSE ALOISIO PINTO	Avenida Monsenhor José Aloísio Pinto, n 1445 - Cidade Gerardo Cristino de Menezes, Sobral - CE, 62.051-
103	23545518 - EEM MANOEL BARBOZA MACIEL	Avenida ANTONIO AMERICO, n S/Nº - MISSI, Irauçuba - CE, 62.620-000 - 8836353151
104	23236027 - EEFM FRANCISCA MAURA MARTINS	Rua RUA PROJETADA S/N, n S/N - LINDELANDIA, Hidrolândia - CE, 62.270-000 - 8836381128
105	23031530 - EEM PRISCILA MACIEL DE FRANÇA	Rua RUA PROFESSORA ARGENTINA FAÇANHA, n 471 - CENTRO, Hidrolândia - CE, 62.270-000 -
106	23545500 - EEM ANTONIO NEGREIROS BASTOS	Rua M, n S/N, DISTRITO DE JUA - CENTRO, Irauçuba - CE, 62.620-000 - 8598194440

ANEXO B – ADESSÃO AO REGISTRO DE PREÇOS

ORG./ITEM	1156803	1216945	1232700	14044	14125	14133	15008	15130	1869847	1869857	1869867	1870042	1889896
23001011	2.000,00	1.000,00	2.000,00	1.000,00	1.000,00	100,00	400,00	468,00	1.000,00	600,00	1.000,00	2.000,00	400,00
23002115	600,00	600,00	0,00	0,00	400,00	150,00	200,00	0,00	400,00	400,00	400,00	400,00	1.300,00
23002468	6.000,00	3.000,00	0,00	1.200,00	1.200,00	60,00	800,00	316,00	400,00	400,00	400,00	400,00	1.200,00
23004088	1.400,00	6.500,00	500,00	2.500,00	2.500,00	400,00	700,00	700,00	4.000,00	3.500,00	3.000,00	2.000,00	3.500,00
23004258	6.000,00	2.000,00	0,00	5.000,00	10.000,00	3.000,00	3.000,00	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	1.000,00	5.000,00
23005033	1.500,00	1.300,00	1.400,00	3.000,00	2.000,00	310,00	600,00	300,00	800,00	810,00	810,00	900,00	1.300,00
23005157	200,00	1.000,00	1.000,00	302,00	302,00	100,00	200,00	0,00	302,00	302,00	302,00	302,00	1.800,00
23006307	393,00	1.300,00	200,00	200,00	500,00	200,00	200,00	100,00	700,00	700,00	700,00	700,00	1.200,00
23007036	400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23007648	1.000,00	600,00	800,00	2.000,00	2.000,00	500,00	600,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00
23008300	1.200,00	800,00	0,00	0,00	1.750,00	0,00	800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.650,00
23008814	1.350,00	2.600,00	0,00	1.800,00	1.800,00	12,00	440,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.800,00
23009578	1.500,00	10.000,00	0,00	1.200,00	2.000,00	350,00	800,00	12.400,00	3.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	5.000,00
23009748	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	390,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23010665	1.500,00	1.800,00	0,00	1.200,00	1.800,00	500,00	1.500,00	0,00	800,00	800,00	800,00	0,00	2.000,00
23010851	1.700,00	1.500,00	0,00	0,00	2.000,00	600,00	850,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23010886	960,00	560,00	960,00	800,00	800,00	350,00	420,00	200,00	100,00	100,00	100,00	100,00	800,00
23011661	340,00	124,00	100,00	100,00	90,00	22,00	123,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	297,00
23011769	1.500,00	1.800,00	0,00	2.520,00	0,00	100,00	400,00	0,00	500,00	500,00	500,00	500,00	1.000,00
23013125	230,00	1.200,00	0,00	0,00	250,00	90,00	150,00	0,00	350,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23013176	800,00	200,00	200,00	200,00	200,00	120,00	300,00	20,00	500,00	300,00	300,00	300,00	1.500,00
23014385	1.886,00	100,00	900,00	100,00	800,00	200,00	700,00	0,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	800,00
23015594	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
23015705	0,00	0,00	0,00	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	6.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
23016230	0,00	0,00	0,00	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00



CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

ORG./ITEM	1156803	1216945	1232700	14044	14125	14133	15008	15130	1869847	1869857	1869867	1870042	1889896
23016604	540,00	180,00	0,00	0,00	0,00	130,00	260,00	0,00	800,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23016876	500,00	400,00	200,00	200,00	250,00	144,00	700,00	100,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00
23017368	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
23018178	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
23018445	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800,00
23019344	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23020431	0,00	0,00	0,00	1.800,00	3.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00
23021322	0,00	4.000,00	800,00	0,00	2.000,00	400,00	400,00	1.200,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	600,00
23022248	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
23023953	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250,00
23024291	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.800,00	2.800,00	820,00	2.500,00	20.000,00	2.900,00	2.900,00	2.900,00	2.900,00	2.850,00
23024631	860,00	1.590,00	0,00	0,00	480,00	160,00	330,00	0,00	1.680,00	0,00	0,00	0,00	690,00
23024658	500,00	1.300,00	300,00	2.500,00	2.500,00	300,00	1.400,00	0,00	400,00	400,00	0,00	400,00	2.500,00
23025000	200,00	1.000,00	0,00	600,00	600,00	80,00	80,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	500,00
23025034	270,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220,00	0,00	364,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
23025140	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
23025190	0,00	0,00	0,00	0,00	9.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.400,00
23025263	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
23025611	300,00	200,00	0,00	500,00	300,00	0,00	80,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	500,00
23025832	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23025905	1.000,00	3.000,00	2.000,00	12.000,00	12.000,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
23026359	0,00	0,00	0,00	1.600,00	1.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
23026596	2.592,00	460,00	0,00	496,00	504,00	124,00	560,00	6.000,00	450,00	450,00	200,00	200,00	1.200,00
23026693	100,00	1.500,00	10,00	10,00	450,00	10,00	70,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	500,00
23027584	200,00	200,00	200,00	1.000,00	1.000,00	100,00	300,00	4.800,00	500,00	500,00	500,00	500,00	1.000,00
23029153	0,00	0,00	0,00	500,00	420,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
23029943	0,00	0,00	0,00	3.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
23030046	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23030631	0,00	0,00	0,00	800,00	0,00	0,00	400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23031530	0,00	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
23174906	1.010,00	160,00	460,00	200,00	200,00	60,00	259,00	0,00	458,00	458,00	458,00	458,00	943,00
23185287	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23203390	180,00	216,00	0,00	0,00	720,00	0,00	120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240,00
23215720	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23215747	200,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	47,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23215755	15,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23215763	40,00	30,00	0,00	30,00	15,00	10,00	8,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70,00
23216328	165,00	200,00	0,00	0,00	0,00	10,00	33,00	0,00	44,00	0,00	0,00	0,00	200,00



CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

ORG./ ITEM	1156803	1216945	1232700	14044	14125	14133	15008	15130	1869847	1869857	1869867	1870042	1889896
23227362	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23231289	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23231939	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	80,00	50,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23234580	600,00	1.500,00	0,00	3.000,00	4.000,00	100,00	500,00	500,00	1.000,00	500,00	0,00	300,00	3.000,00
23236027	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23236434	1.500,00	1.200,00	100,00	1.900,00	2.000,00	200,00	300,00	0,00	400,00	400,00	400,00	400,00	750,00
23236477	1.375,00	800,00	1.101,00	1.000,00	1.000,00	300,00	419,00	0,00	548,00	800,00	634,00	1.509,00	296,00
23236507	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00
23236574	1.250,00	3.000,00	3.000,00	2.000,00	300,00	1.000,00	160,00	600,00	800,00	400,00	800,00	400,00	2.000,00
23237775	300,00	700,00	300,00	500,00	500,00	250,00	100,00	7.000,00	200,00	200,00	200,00	200,00	500,00
23242426	500,00	2.800,00	0,00	0,00	0,00	120,00	1.200,00	0,00	1.000,00	800,00	0,00	0,00	0,00
23244712	384,00	4.000,00	100,00	3.120,00	3.120,00	450,00	600,00	10,00	1.620,00	1.620,00	1.620,00	1.620,00	3.000,00
23244780	2.100,00	900,00	0,00	0,00	600,00	450,00	600,00	0,00	320,00	320,00	320,00	320,00	500,00
23245000	2.000,00	2.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	200,00	0,00	0,00	2.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	2.000,00
23245247	100,00	150,00	0,00	200,00	200,00	0,00	80,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	200,00
23246723	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23247754	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.800,00
23247983	30,00	60,00	0,00	30,00	20,00	10,00	10,00	1.250,00	45,00	0,00	0,00	0,00	30,00
23252626	0,00	616,00	0,00	0,00	0,00	0,00	310,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23252642	500,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00	200,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00
23252650	60,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44,00	70,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23252863	700,00	1.360,00	0,00	450,00	200,00	96,00	1.000,00	5.000,00	200,00	200,00	200,00	200,00	600,00
23253126	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23259507	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23264101	120,00	900,00	120,00	842,00	3.600,00	60,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	261,00
23265876	1.800,00	1.800,00	0,00	1.000,00	1.000,00	80,00	256,00	0,00	1.433,00	0,00	0,00	0,00	1.368,00
23271663	80,00	0,00	0,00	38,00	0,00	0,00	21,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23271850	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23272104	200,00	600,00	50,00	400,00	200,00	90,00	350,00	20,00	150,00	50,00	100,00	50,00	150,00
23274565	0,00	0,00	0,00	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.440,00
23275049	500,00	1.600,00	0,00	1.000,00	2.000,00	300,00	1.200,00	4.000,00	900,00	0,00	0,00	0,00	600,00
23277980	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.380,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23506989	500,00	800,00	0,00	0,00	700,00	400,00	200,00	0,00	350,00	350,00	350,00	350,00	0,00
23545429	0,00	1.800,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.600,00
23545437	120,00	450,00	0,00	1.000,00	1.000,00	120,00	300,00	0,00	800,00	800,00	800,00	800,00	800,00
23545445	500,00	1.000,00	1.000,00	2.000,00	1.000,00	500,00	1.250,00	200,00	800,00	500,00	500,00	0,00	2.000,00
23545453	1.500,00	1.500,00	1.500,00	2.000,00	1.500,00	150,00	528,00	150,00	300,00	300,00	500,00	500,00	1.500,00
23545488	0,00	0,00	0,00	100,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00

ORG./ ITEM	1156803	1216945	1232700	14044	14125	14133	15008	15130	1869847	1869857	1869867	1870042	1889896
23545496	0,00	0,00	0,00	400,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
23545500	6.000,00	3.000,00	0,00	500,00	500,00	500,00	500,00	0,00	500,00	500,00	0,00	500,00	500,00
23545518	1.600,00	700,00	400,00	200,00	200,00	200,00	400,00	0,00	200,00	1.500,00	200,00	200,00	200,00
23548053	40,00	100,00	80,00	50,00	50,00	30,00	70,00	0,00	30,00	40,00	30,00	0,00	90,00
C06MJAP	1.280,00	1.600,00	0,00	990,00	1.020,00	192,00	620,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	71.160,00	90.246,00	23.281,00	85.678,00	117.041,00	17.514,00	37.238,00	105.314,00	52.944,00	36.300,00	32.524,00	23.809,00	123.775,00

ORG./ ITEM	1993257	21440	21458	21539	21954	24880	25275	369583	38822	7568810	808650	809226	809266
23001011	2.000,00	800,00	400,00	133,00	400,00	500,00	1.000,00	2.000,00	1.000,00	1.000,00	400,00	1.000,00	2.000,00
23002115	1.000,00	500,00	1.400,00	1.800,00	3.000,00	200,00	1.800,00	4.000,00	0,00	4.000,00	1.000,00	1.500,00	1.800,00
23002468	5.000,00	1.300,00	900,00	2.200,00	3.300,00	1.200,00	1.200,00	5.000,00	1.200,00	1.400,00	2.500,00	1.500,00	4.000,00
23004088	6.000,00	5.000,00	1.500,00	5.000,00	10.000,00	2.000,00	3.000,00	10.000,00	8.000,00	10.000,00	800,00	5.000,00	800,00
23004258	3.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	1.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00	8.000,00	5.000,00	6.000,00	10.000,00
23005033	2.600,00	1.000,00	550,00	700,00	2.200,00	510,00	1.500,00	3.200,00	1.250,00	3.600,00	2.200,00	1.200,00	2.300,00
23005157	400,00	2.100,00	160,00	200,00	1.800,00	200,00	50,00	700,00	1.800,00	2.000,00	300,00	300,00	0,00
23006307	500,00	800,00	70,00	51,00	800,00	195,00	500,00	1.455,00	1.000,00	1.400,00	746,00	500,00	1.200,00
23007036	0,00	1.500,00	300,00	500,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	500,00	0,00	500,00
23007648	800,00	3.000,00	1.500,00	1.000,00	3.000,00	1.200,00	1.500,00	1.600,00	2.000,00	0,00	680,00	0,00	800,00
23008300	2.700,00	1.800,00	850,00	780,00	1.800,00	500,00	1.350,00	11.000,00	1.930,00	2.420,00	214,00	2.300,00	4.500,00
23008814	2.600,00	0,00	1.750,00	800,00	4.000,00	1.800,00	1.800,00	2.500,00	1.800,00	2.600,00	3.000,00	2.000,00	3.500,00
23009578	3.000,00	3.000,00	1.500,00	1.200,00	5.000,00	200,00	3.600,00	5.000,00	1.000,00	6.000,00	5.000,00	1.200,00	8.000,00
23009748	0,00	2.600,00	320,00	550,00	0,00	495,00	0,00	8.750,00	0,00	3.900,00	3.900,00	0,00	2.700,00
23010665	2.500,00	2.000,00	1.500,00	1.200,00	800,00	700,00	500,00	2.200,00	800,00	2.100,00	2.200,00	500,00	1.200,00
23010851	3.000,00	4.000,00	2.000,00	1.300,00	0,00	1.100,00	2.000,00	1.300,00	2.000,00	2.000,00	3.000,00	2.500,00	3.000,00
23010886	1.400,00	800,00	800,00	600,00	800,00	800,00	480,00	960,00	800,00	800,00	150,00	800,00	900,00
23011661	91,00	200,00	42,00	40,00	501,00	102,00	0,00	501,00	469,00	600,00	106,00	0,00	112,00
23011769	1.500,00	0,00	1.000,00	700,00	3.500,00	0,00	1.300,00	0,00	2.500,00	2.200,00	1.000,00	1.000,00	2.000,00
23013125	550,00	0,00	320,00	500,00	2.000,00	200,00	350,00	5.000,00	500,00	700,00	800,00	400,00	800,00
23013176	600,00	600,00	130,00	200,00	1.200,00	220,00	120,00	1.500,00	200,00	1.700,00	945,00	1.000,00	500,00
23014385	1.100,00	4.000,00	1.390,00	783,00	1.000,00	428,00	0,00	1.245,00	170,00	1.500,00	2.500,00	180,00	1.400,00
23015504	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	5.000,00	0,00	3.000,00	6.000,00	0,00	4.500,00	0,00

ORG./ITEM	1993257	21440	21458	21539	21954	24880	25275	369583	38822	7568810	808650	809226	809266
23019344	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00	1.750,00	2.000,00	0,00	600,00	0,00
23020431	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	700,00	0,00	1.500,00	2.000,00	0,00	1.200,00	0,00
23021322	3.600,00	0,00	800,00	1.600,00	8.000,00	500,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	3.000,00	3.400,00	2.000,00	4.000,00
23022248	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	2.000,00	0,00	2.850,00	3.000,00	0,00	1.500,00	0,00
23023953	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	710,00	0,00	1.002,00	1.298,00	0,00	0,00	0,00
23024291	3.400,00	4.500,00	3.500,00	2.200,00	4.500,00	1.500,00	1.800,00	2.200,00	2.800,00	2.900,00	2.400,00	1.800,00	2.500,00
23024631	640,00	0,00	192,00	100,00	1.500,00	432,00	0,00	600,00	0,00	1.188,00	1.350,00	0,00	600,00
23024658	1.200,00	0,00	3.000,00	1.400,00	4.500,00	1.000,00	2.500,00	970,00	2.500,00	2.500,00	850,00	2.500,00	800,00
23025000	1.000,00	800,00	300,00	400,00	1.000,00	600,00	600,00	1.500,00	800,00	2.000,00	800,00	800,00	1.500,00
23025034	500,00	850,00	238,00	250,00	0,00	150,00	0,00	2.500,00	300,00	2.000,00	500,00	0,00	0,00
23025140	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00	2.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00
23025190	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.800,00	9.400,00	0,00	9.400,00	18.800,00	0,00	0,00	0,00
23025263	500,00	200,00	200,00	300,00	500,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	4.000,00	700,00	0,00	700,00
23025611	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	0,00	400,00	200,00
23025832	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	450,00	0,00	0,00	400,00	0,00	199,00	0,00
23025905	2.000,00	6.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00	12.000,00	4.000,00	12.000,00	14.000,00	2.500,00	14.000,00	4.000,00
23026359	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900,00	500,00	0,00	1.600,00	4.000,00	0,00	1.600,00	0,00
23026596	864,00	1.648,00	0,00	460,00	1.648,00	452,00	600,00	5.300,00	480,00	2.500,00	780,00	470,00	1.728,00
23026693	10,00	1.269,00	180,00	236,00	1.269,00	10,00	300,00	1.787,00	450,00	1.500,00	2,00	400,00	200,00
23027584	1.200,00	1.000,00	500,00	300,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00	1.000,00	1.000,00	400,00	1.000,00	1.000,00
23029153	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	800,00	0,00	0,00	1.100,00	0,00	300,00	0,00
23029943	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	2.000,00	0,00	3.000,00	4.000,00	0,00	3.000,00	0,00
23030046	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23030631	0,00	0,00	100,00	350,00	0,00	500,00	800,00	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00	1.000,00
23031530	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00	0,00	3.000,00	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00
23174986	115,00	500,00	86,00	92,00	825,00	69,00	0,00	550,00	1.000,00	1.183,00	69,00	0,00	700,00
23185287	0,00	0,00	120,00	500,00	480,00	120,00	260,00	0,00	200,00	368,00	860,00	0,00	820,00
23203390	192,00	456,00	48,00	60,00	0,00	300,00	0,00	7.764,00	0,00	960,00	3.672,00	0,00	2.340,00
23215720	0,00	180,00	30,00	37,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00
23215747	0,00	200,00	0,00	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	500,00	72,00	0,00	500,00
23215755	0,00	10,00	10,00	20,00	0,00	15,00	0,00	0,00	10,00	20,00	30,00	0,00	25,00
23215763	50,00	80,00	20,00	30,00	50,00	0,00	0,00	100,00	50,00	75,00	40,00	0,00	0,00
23216328	100,00	172,00	8,00	50,00	0,00	0,00	0,00	146,00	200,00	127,00	126,00	0,00	0,00
23227362	0,00	200,00	70,00	70,00	300,00	70,00	0,00	0,00	0,00	150,00	100,00	0,00	60,00
23231289	0,00	125,00	0,00	35,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00
23231939	100,00	0,00	80,00	50,00	100,00	80,00	0,00	0,00	200,00	300,00	60,00	0,00	50,00
23234580	2.500,00	2.000,00	600,00	600,00	500,00	400,00	3.000,00	3.500,00	4.000,00	3.000,00	800,00	1.800,00	600,00
23236027	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

ORG./ITEM	1993257	21440	21458	21539	21954	24880	25275	369583	38822	7568810	808650	809226	809266
23236434	800,00	1.000,00	400,00	600,00	2.000,00	400,00	600,00	4.000,00	2.000,00	2.500,00	1.500,00	2.300,00	2.500,00
23236477	791,00	1.646,00	1.311,00	527,00	1.800,00	329,00	395,00	3.760,00	1.108,00	1.509,00	772,00	384,00	659,00
23236507	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	3.200,00	0,00	4.500,00	6.000,00	0,00	3.000,00	0,00
23236574	3.000,00	453,00	100,00	200,00	3.000,00	200,00	1.500,00	9.420,00	200,00	1.566,00	450,00	200,00	500,00
23237775	1.500,00	3.000,00	600,00	150,00	0,00	0,00	300,00	1.500,00	400,00	1.200,00	700,00	300,00	2.000,00
23242426	3.000,00	2.000,00	800,00	1.600,00	4.000,00	800,00	1.100,00	2.300,00	3.580,00	6.000,00	40.000,00	0,00	30.000,00
23244712	2.020,00	360,00	3.600,00	650,00	7.400,00	720,00	3.120,00	500,00	3.120,00	4.080,00	10.800,00	4.200,00	10.800,00
23244780	900,00	300,00	450,00	500,00	3.400,00	400,00	400,00	5.480,00	600,00	3.000,00	1.700,00	500,00	2.600,00
23245000	500,00	700,00	800,00	500,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	2.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	2.000,00	3.000,00
23245247	200,00	500,00	80,00	100,00	0,00	100,00	100,00	400,00	100,00	700,00	300,00	0,00	0,00
23246723	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23247754	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.400,00	0,00	3.800,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00
23247983	80,00	70,00	10,00	10,00	0,00	20,00	0,00	120,00	20,00	100,00	20,00	20,00	25,00
23252626	0,00	800,00	50,00	150,00	0,00	0,00	366,00	0,00	0,00	3.000,00	314,00	300,00	472,00
23252642	0,00	900,00	300,00	2.000,00	4.000,00	100,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	800,00	500,00	2.000,00
23252650	65,00	0,00	100,00	80,00	400,00	0,00	0,00	300,00	0,00	660,00	100,00	0,00	0,00
23252863	1.000,00	700,00	700,00	500,00	3.600,00	246,00	400,00	1.500,00	500,00	3.200,00	322,00	500,00	2.000,00
23253126	0,00	200,00	20,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23259507	0,00	100,00	10,00	60,00	0,00	0,00	90,00	0,00	0,00	369,00	100,00	0,00	220,00
23264101	2.000,00	3.600,00	99,00	500,00	3.600,00	100,00	452,00	2.300,00	842,00	947,00	1.530,00	2.880,00	1.000,00
23265876	1.744,00	0,00	800,00	720,00	3.600,00	269,00	540,00	480,00	500,00	2.867,20	368,00	0,00	2.500,00
23271663	0,00	160,00	5,00	20,00	0,00	18,00	0,00	252,00	0,00	0,00	93,00	0,00	0,00
23271850	0,00	2.500,00	100,00	0,00	800,00	400,00	350,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	400,00
23272104	400,00	2.000,00	700,00	700,00	400,00	200,00	700,00	2.500,00	1.200,00	2.500,00	1.600,00	600,00	400,00
23274565	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	2.880,00	0,00	1.400,00	2.500,00	0,00	1.200,00	0,00
23275049	800,00	800,00	1.000,00	500,00	2.500,00	200,00	1.200,00	1.600,00	1.000,00	3.000,00	600,00	2.000,00	2.500,00
23277980	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23506989	450,00	1.500,00	150,00	250,00	0,00	350,00	0,00	850,00	436,00	1.250,00	600,00	500,00	500,00
23545429	1.500,00	2.000,00	2.000,00	1.500,00	2.000,00	4.000,00	5.000,00	8.000,00	4.000,00	3.000,00	2.000,00	2.500,00	2.000,00
23545437	800,00	600,00	305,00	230,00	600,00	300,00	400,00	1.500,00	0,00	1.500,00	400,00	800,00	800,00
23545445	1.000,00	800,00	800,00	800,00	800,00	800,00	800,00	10.000,00	2.000,00	2.000,00	3.000,00	1.000,00	2.000,00
23545453	2.000,00	2.000,00	500,00	500,00	1.000,00	1.000,00	1.500,00	3.000,00	1.500,00	2.500,00	650,00	1.000,00	600,00
23545488	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70,00	200,00	0,00	200,00	250,00	0,00	200,00	0,00
23545496	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	300,00	1.200,00	0,00	400,00	0,00
23545500	1.200,00	1.000,00	1.500,00	0,00	1.500,00	400,00	300,00	3.000,00	500,00	500,00	1.000,00	600,00	4.000,00
23545518	1.700,00	600,00	1.000,00	1.000,00	1.500,00	600,00	600,00	1.500,00	900,00	300,00	1.000,00	500,00	15.000,00
23548053	150,00	120,00	80,00	70,00	100,00	20,00	0,00	800,00	50,00	250,00	100,00	0,00	100,00
C06MJAP	890,00	0,00	410,00	620,00	5.560,00	230,00	990,00	1.152,00	1.113,00	2.500,00	1.140,00	1.660,00	991,00

ORG./ITEM	1993257	21440	21458	21539	21954	24880	25275	369583	38822	7568810	808650	809226	809266
Total	88.072,00	87.749,00	50.814,00	53.194,00	130.333,00	65.260,00	127.353,00	189.049,00	138.480,00	245.377,20	130.811,00	108.343,00	167.152,00

ORG./ITEM	809286	811744	886270	ADESAO
23001011	400,00	500,00	500,00	aceita
23002115	1.500,00	0,00	200,00	aceita
23002468	900,00	0,00	400,00	aceita
23004088	2.000,00	700,00	1.500,00	aceita
23004258	0,00	0,00	5.000,00	aceita
23005033	200,00	210,00	100,00	aceita
23005157	192,00	0,00	200,00	aceita
23006307	600,00	200,00	450,00	aceita
23007036	0,00	0,00	0,00	aceita
23007648	0,00	0,00	1.500,00	aceita
23008300	370,00	0,00	600,00	aceita
23008814	1.800,00	0,00	200,00	aceita
23009578	1.800,00	0,00	1.000,00	aceita
23009748	0,00	0,00	250,00	aceita
23010665	900,00	0,00	1.800,00	aceita
23010851	1.300,00	0,00	2.000,00	aceita
23010886	350,00	150,00	800,00	aceita
23011661	0,00	0,00	113,00	aceita
23011769	0,00	0,00	500,00	aceita
23013125	0,00	0,00	200,00	aceita
23013176	100,00	20,00	300,00	aceita
23014385	0,00	0,00	2.650,00	aceita
23015594	1.200,00	0,00	0,00	aceita
23015705	0,00	0,00	0,00	aceita
23016230	400,00	0,00	0,00	aceita
23016604	0,00	2.400,00	410,00	aceita
23016876	250,00	100,00	300,00	aceita
23017368	2.000,00	0,00	0,00	aceita
23018178	800,00	0,00	0,00	aceita
23018445	1.200,00	0,00	0,00	aceita
23019344	500,00	0,00	0,00	aceita
23020431	0,00	0,00	0,00	aceita
23021322	800,00	0,00	800,00	aceita
23022248	850,00	0,00	0,00	aceita
23023953	0,00	0,00	0,00	aceita



CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

ORG./ ITEM	809286	811744	886270	ADESÃO
23024291	1.500,00	20.000,00	2.500,00	aceita
23024631	0,00	0,00	192,00	aceita
23024658	2.300,00	0,00	900,00	aceita
23025000	300,00	0,00	300,00	aceita
23025034	0,00	0,00	90,00	aceita
23025140	1.000,00	0,00	0,00	aceita
23025190	3.800,00	0,00	0,00	aceita
23025263	0,00	0,00	0,00	aceita
23025611	300,00	0,00	500,00	aceita
23025832	300,00	0,00	0,00	aceita
23025905	0,00	0,00	3.000,00	aceita
23026359	1.200,00	0,00	0,00	aceita
23026596	0,00	0,00	680,00	aceita
23026693	10,00	10,00	200,00	aceita
23027584	1.000,00	0,00	500,00	aceita
23029153	0,00	0,00	0,00	aceita
23029943	3.000,00	0,00	0,00	aceita
23030046	0,00	0,00	0,00	aceita
23030631	0,00	0,00	0,00	aceita
23031530	2.000,00	0,00	0,00	aceita
23174986	0,00	0,00	287,00	aceita
23185287	0,00	0,00	300,00	aceita
23203390	0,00	0,00	48,00	aceita
23215720	0,00	0,00	0,00	aceita
23215747	0,00	0,00	0,00	aceita
23215755	0,00	0,00	10,00	aceita
23215763	0,00	0,00	15,00	aceita
23216328	0,00	0,00	50,00	aceita
23227362	0,00	0,00	50,00	aceita
23231289	0,00	0,00	0,00	aceita
23231939	0,00	0,00	50,00	aceita
23234580	1.500,00	0,00	300,00	aceita
23236027	0,00	0,00	0,00	aceita
23236434	420,00	0,00	700,00	aceita
23236477	2.000,00	0,00	548,00	aceita
23236507	1.500,00	0,00	0,00	aceita
23236574	300,00	600,00	2.000,00	aceita
23237775	0,00	0,00	700,00	aceita



CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

ORG./ ITEM	809286	811744	886270	ADESAO
23242426	1.000,00	0,00	900,00	aceita
23244712	3.120,00	5,00	3.600,00	aceita
23244780	0,00	0,00	500,00	aceita
23245000	1.000,00	0,00	1.000,00	aceita
23245247	0,00	0,00	80,00	aceita
23246723	0,00	0,00	0,00	aceita
23247754	0,00	0,00	0,00	aceita
23247983	40,00	0,00	25,00	aceita
23252626	117,00	0,00	0,00	aceita
23252642	0,00	0,00	0,00	aceita
23252650	0,00	0,00	120,00	aceita
23252863	1.400,00	0,00	400,00	aceita
23253126	0,00	0,00	0,00	aceita
23259507	0,00	0,00	0,00	aceita
23264101	1.440,00	0,00	1.000,00	aceita
23265876	540,00	0,00	800,00	aceita
23271663	0,00	0,00	0,00	aceita
23271850	0,00	0,00	200,00	aceita
23272104	20,00	10,00	100,00	aceita
23274565	2.400,00	0,00	0,00	aceita
23275049	1.300,00	4.000,00	400,00	aceita
23277980	0,00	0,00	0,00	aceita
23506989	600,00	0,00	650,00	aceita
23545429	0,00	0,00	1.500,00	aceita
23545437	0,00	0,00	0,00	aceita
23545445	1.000,00	100,00	2.000,00	aceita
23545453	1.000,00	60,00	500,00	aceita
23545488	100,00	0,00	0,00	aceita
23545496	400,00	0,00	0,00	aceita
23545500	400,00	5.000,00	1.000,00	aceita
23545518	400,00	5.100,00	800,00	aceita
23548053	40,00	0,00	60,00	aceita
C06MJAP	0,00	0,00	1.110,00	aceita
Total	59.159,00	39.165,00	52.438,00	

ANEXO II - CARTA PROPOSTA

À

Central de Licitações do Estado do Ceará

Ref.: Pregão Eletrônico nº 20250033 - SEPLAG

A proposta encontra-se em conformidade com as informações previstas no edital e seus anexos.

1. Identificação do licitante:

- Razão Social:
- CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:
- Endereço completo:
- Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):
- Telefone, celular, fax, e-mail:

2. Condições Gerais da Proposta:

- A presente proposta é válida por ____ (_____) dias, contados da data de sua emissão.

3. Formação do Preço

GRUPO/ITEM _____						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
VALOR GLOBAL R\$						
Valor por extenso (_____)						

DECLARO, sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais e sob as penas da lei, que toda documentação anexada ao sistema é autêntica.

Local e data

Assinatura do representante legal

(Nome e cargo)

ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/20__

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20250033/SEPLAG

NUP 46001.007299/2025-81

Ao(s) ____ dia(s) do mês de _____ de 20__, na sede da Secretaria de Planejamento e Gestão, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, conforme deliberação da Ata do Pregão Eletrônico Nº 20250033/SEPLAG do respectivo resultado homologado, publicado no Diário Oficial do Estado em _____, às fls __, do Processo NUP 46001.007299/2025-81 que vai assinada pelo titular do(a) _____, gestor(a) do Registro de Preços, pelos representantes legais dos detentores do registro de preços, todos qualificados e relacionados ao final, a qual será regida pelas cláusulas e condições seguintes:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Material de Consumo – Gêneros Alimentícios das Escolas Estaduais da Região 03 situadas em, Acaraú, Bela Cruz, Cruz, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Marco, Morrinhos, Barroquinha, Camocim, Chaval, Granja, Martinópole, Uruoca, Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ipu, São Benedito, Tianguá, Ubajara, Viçosa do Ceará, Alcântaras, Cariré, Coreaú, Forquilha, Frecheirinha, Graça, Groaíras, Massapê, Meruoca, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Pires Ferreira, Reriutaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral e Varjota, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Anexo I – Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico Nº 20250033/SEPLAG que passa a fazer parte desta Ata, com as propostas de preços apresentadas pelos detentores de preços registrados classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº 46001.007299/2025-81.

1.2. Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações, exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência, em igualdade de condições.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O presente instrumento fundamenta-se:

I - No Pregão Eletrônico Nº 20250033-SEPLAG.

II - Nos termos do Decreto Estadual nº 35.323, de 24/02/2023, publicado no D.O.E de 28/02/2023 e suas alterações.

III - Na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

3. DO ÓRGÃO OU ENTIDADE GERENCIADORA E DOS PARTICIPANTES

3.1. Compete ao órgão ou entidade gerenciadora desta Ata, o controle e a administração do sistema de registro de preços, em especial o contido no art. 17 do Decreto nº 35.323/2023.

3.2. O órgão ou entidade gerenciadora desta Ata será a Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG.

3.3. Os órgãos e entidades participantes desta ata de registro de preços poderão realizar contratações decorrentes de remanejamento de quantitativos ou valores cedidos por outros participantes, mediante autorização por meio de ferramenta informatizada, disponibilizada pela SEPLAG, desde que limitadas ao objeto licitado.

3.4. Aos órgãos e entidades participantes, compete observar o contido no art. 18 do mesmo

decreto de que trata o item 3.1 acima.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência desta ata, os órgãos ou entidades do Poder Executivo estadual participantes desta ou na condição de interessados, poderão realizar contratações decorrentes de remanejamento de quantitativo ou valores cedidos por outros participantes, mediante autorização prévia do órgão ou entidade gerenciadora, dispensada a elaboração do ETP.

4.1.1. Caso o remanejamento seja para entrega de bem em município diferente do estabelecido no Edital, caberá ao beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela fixadas, optar pela aceitação ou não do remanejamento dos itens.

4.1.2. Os órgãos e entidades do Poder Executivo estadual e de outros entes federativos, não participantes desta ata de registro de preços, poderão realizar contratações decorrentes desta, na condição de interessados sem remanejamento, mediante autorização prévia do órgão ou entidade gerenciadora e do detentor do preço registrado.

4.1.2.1. A faculdade conferida de que trata este item estará limitada a órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que, na condição de não participantes, desejarem aderir à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora do Poder Executivo estadual.

4.1.3. A adesão a ata observará os seguintes requisitos:

I - Apresentação de justificativa da vantagem da adesão;

II - Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 21 do Decreto nº 35.323/2023; e

III - Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do detentor do preço registrado.

4.1.3.1. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão do detentor do preço registrado.

4.1.3.2. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou instrumento equivalente ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.1.3.3. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) do total dos quantitativos dos itens registrados para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

4.1.3.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o subitem anterior não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4.1.4. O órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, contados a partir da autorização do órgão ou entidade gerenciadora, observado o prazo de vigência da ata.

5. DA VALIDADE DA ATA, DA FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO EQUIVALENTE E DO CADASTRO DE RESERVA

5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, conforme art. 15 do Decreto Estadual nº 35.323/2023, alterado pelo art. 2º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, será de 1 (um) ano, contado a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que por acordo entre as partes e comprovado o preço vantajoso, nas mesmas condições, quantidades e valores.

5.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou valores fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

5.3. O prazo de vigência do contrato decorrente desta ata de registro de preços encontra-se definido no Termo de Referência, admitindo-se a prorrogação na forma da Lei, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

5.3.1. O instrumento equivalente de contrato deverá ser assinado no prazo de vigência desta ata e passará a ter eficácia com a sua publicação no Diário Oficial do Estado.

5.3.2. Na formalização do instrumento equivalente de contrato deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.4. Os contratos decorrentes desta ata de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no § 4º do art. 15 do Decreto nº 35.323/2023.

5.5. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no Edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Lei nº 14.133/2021.

5.5.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.5.2. A ata de registro de preços poderá ser assinada por certificação digital.

5.5.3. Serão observadas ainda as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

I - Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, que oferecer na proposta o quantitativo máximo estabelecido no Termo de Referência.

II - Será incluído na ata, na forma do anexo único, o registro dos licitantes que:

a) Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação, que comporão o cadastro de reserva; e

b) Mantiverem sua proposta original.

III - Será obedecida, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

a) O registro tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

b) Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.6. A convocação dos licitantes do cadastro de reserva ocorrerá quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no Edital, ou na hipótese do cancelamento do preço registrado na forma do art. 25 do Decreto nº 35.323/2023.

5.6.1. A habilitação dos licitantes do cadastro reserva somente será realizada quando caracterizada a necessidade da contratação.

5.7. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no Diário Oficial do Estado e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. Na hipótese da inexistência do cadastro de reserva, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

I - Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

II - Adjudicar e firmar o instrumento equivalente de contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.9. A existência de preços registrados implicará compromisso do detentor do preço para a contratação, nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a demanda pretendida, desde que devidamente justificada.

6. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS, DA NEGOCIAÇÃO, DA SUBSTITUIÇÃO DA MARCA OU MODELO E DA ALTERAÇÃO DE DADOS CONSTITUTIVOS DO DETENTOR DE PREÇOS.

6.1. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da ata, exceto em decorrência das disposições contidas no art. 23 do Decreto nº 35.323/2023.

6.1.1. Os preços registrados são os preços unitários ofertados nas propostas dos detentores de preços, os quais estão relacionados no anexo único desta ata e servirão de base para futuras contratações, observadas as condições de mercado.

6.1.2. Os preços registrados poderão ainda ser alterados ou atualizados em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.2. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.3. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o detentor do preço registrado será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas. Nesta hipótese, o gerenciador convocará os detentores de preços do cadastro de reserva ou, se não houver, os remanescentes que atenderem os termos do disposto nos §§ 3º, 5º e 6º do artigo 12 do Decreto nº 35.323/2023, na ordem de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.3.1. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento dos itens registrados, ou se for o caso, da Ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.4. Caso haja alteração do preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora comunicará o fato aos órgãos ou entidades participantes.

6.4.1. A alteração do preço registrado não altera automaticamente o preço do contrato decorrente da ata de registro de preços, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão ou entidade contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre o contrato.

6.5. O detentor do registro de preços poderá solicitar ao órgão ou entidade gerenciadora:

I - Substituição da marca ou modelo do item registrado por outra equivalente ou de qualidade superior, mantendo o mesmo preço e as mesmas especificações, desde que comprovada a inviabilidade do fornecimento da marca ou modelo originalmente registrado e que permaneça vantajosidade para a Administração;

II - Alteração da razão social ou outro dado constitutivo, mediante apresentação de termo aditivo ao documento de constituição da empresa.

6.5.1. No caso de deferimento das solicitações, o órgão ou entidade gerenciadora fará a alteração na ata e comunicará aos órgãos ou entidades participantes para alteração do contrato.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro de preços será cancelado nas hipóteses previstas no art. 25 do Decreto nº 35.323/2023.

7.2. O cancelamento de preço registrado, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório, e sua comunicação será feita por escrito, juntando-se a cópia nos autos que deram origem ao registro de preços.

7.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do detentor do preço registrado, a comunicação será feita mediante publicação no Diário Oficial do Estado (DOE), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da data da publicação.

7.4. Antes de cancelar o item ou revogar a ata, o órgão ou entidade gerenciadora deverá tomar providências no sentido de que não haja descontinuidade no fornecimento de bens.

7.5. Não sendo conveniente realizar novo processo de registro de preços, o órgão ou entidade gerenciadora deverá apresentar aos órgãos ou entidades participantes as justificativas que motivaram a não realização do mesmo e orientar sobre as ações para o novo processo de contratação.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Compete ao órgão ou entidade gerenciadora, aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços ou nas obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, conforme disposto no art. 17, IV do Decreto nº 35.323/2023 alterado pelo art. 2º do Decreto nº 36.863/2025.

8.2. As sanções previstas no item anterior serão aplicadas ao adjudicatário que injustificadamente se recusar assinar a ata de registro de preços, caracterizando-se o descumprimento total das obrigações assumidas. Aplicam-se às mesmas sanções aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços e os remanescentes com preços registrados.

8.3. O detentor de preço registrado recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), ou se for o caso, por meio de depósito bancário podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome da contratante, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais da contratação, tais como o prazo para entrega e recebimento do objeto, obrigações do contratante e contratado, condições de pagamento, penalidades e demais condições, encontram-se definidas no Termo de Referência.

9.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade, conforme §6º do art. 20 do Decreto nº 35.323/2023.

10. DO FORO

Fica eleito o foro do município da contratante, para conhecer das questões relacionadas com a presente Ata que não possam ser resolvidas pelos meios administrativos.

Assinam esta Ata, os signatários relacionados e qualificados a seguir, os quais firmam o compromisso de zelar pelo fiel cumprimento das suas cláusulas e condições.

Signatários:

Órgão ou Entidade Gerenciadora da Ata.	Nome do Titular	Cargo	CPF	RG	Assinatura

Detentores Adjudicatários do Reg. de Preços	Nome do Representante	Cargo	CPF	RG	Assinatura

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em ____ (____) (**preencher com o número de vias**) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos órgãos e entidades participantes, se houver.

Fortaleza/CE, ____ de _____ de 20____

ANEXO ÚNICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____ /20__ - MAPA DE PREÇOS DOS BENS

Este documento é parte da Ata de Registro de Preços acima referenciada, celebrada entre o órgão ou entidade gerenciadora da ata e os fornecedores, cujos preços estão a seguir registrados por item, em face da realização do Pregão Eletrônico nº 20250033, seguido da relação dos órgãos e entidades participantes.

Constam ainda registrados os preços dos fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário e os que mantiveram sua proposta original:

Relação dos fornecedores adjudicatários.

Item	Cód Item	Especificação do Item	Fornecedores	Unid	Quant. Máx	Quant. Min.	Preço Registrado

Relação dos Órgãos e Entidades Participantes da Ata.

Seq	Órgão/Entidade	ENDEREÇO
1		
2		

Relação de fornecedores, segundo a ordem de classificação, que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário (Cadastro Reserva).

Item	Cód Item	Especificação do Item	Fornecedores	Unid	Quant. Máx	Quant. Min.	Preço Registrado

Relação de fornecedores, segundo a ordem de classificação, que mantiveram sua proposta original (Remanescentes):

Item	Cód Item	Especificação do Item	Fornecedores	Unid	Quant. Máx	Quant. Min.	Preço Registrado

ANEXO IV A - MINUTA DO TERMO DE CONTRATO
(MODELO PARA ADMINISTRAÇÃO DIRETA)

Contrato nº ____ / 20__ –

Processo nº **46001.007299/2025-81**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM
(O)A _____ E
(O) A _____, ABAIXO
QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE
DECLARA.

O(A) _____, situada(o) na _____, inscrita(o) no CNPJ sob
o nº _____, doravante denominada(o) CONTRATANTE, neste ato
representada(o) pelo _____, (nacionalidade), portador da
Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e
domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, e a
_____, com sede na _____, CEP:
_____, Fone: _____, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº _____,
doravante denominado CONTRATADO, representado neste ato pelo _____,
(nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____,
residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, têm entre si justa e acordada a celebração do presente
contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o Pregão Eletrônico nº 20250033/SEPLAG, e seus anexos, os preceitos do direito público, Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº 20250033, o Termo de Referência, a proposta do contratado e eventuais anexos dos respectivos documentos os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de Material de Consumo – Gêneros Alimentícios das Escolas Estaduais da Região 03, Acaraú, Bela Cruz, Cruz, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Marco, Morrinhos, Barroquinha, Camocim, Chaval, Granja, Martinópolis, Uruoca, Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ipu, São Benedito, Tianguá, Ubajara, Viçosa do Ceará, Alcântaras, Cariré, Coreaú, Forquilha, Frecheirinha, Graça, Groaíras, Massapê, Meruoca, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Pires Ferreira, Reriutaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral e Varjota, nas condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência do edital e na proposta do CONTRATADO.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de 01 (um) ano, contado da data da sua publicação, na forma do art. 105 c/c o art. 94 ambos da Lei nº 14.133/2021, admitindo-se a prorrogação desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO

5.1. A forma de fornecimento será parcelada.

5.2. Os prazos e condições de conclusão, entrega, recebimento do objeto, obrigações e demais condições constam no Termo de Referência, anexo a este contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO.

7.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____)

7.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO E DO RECEBIMENTO

8.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, bem como, as condições de recebimento, se encontram definidos no Termo de Referência, anexo a este instrumento de contrato.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, ou seja, a data da pesquisa constante no Mapa Comparativo de Preços, datado de 17/09/2025.

9.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

10.1. As obrigações referentes ao CONTRATANTE e ao CONTRATADO encontram-se definidas no Termo de Referência, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

11.1. O CONTRATADO declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, o CONTRATANTE em

situação de violação de tais regras.

11.1.1. O CONTRATADO somente poderá tratar dados pessoais nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais poderá realizar o tratamento para fins distintos do fornecimento dos bens especificados no certame ou no contrato administrativo.

11.2. O tratamento de dados pessoais será realizado de acordo com as hipóteses de tratamento previstas nos arts. 7º, 11, 14, 23, 24 e 26 da LGPD e somente para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, observando a persecução do interesse público e os princípios do art. 6º da LGPD e 37 da Constituição Federal de 1988.

11.3. O CONTRATADO deverá indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da publicação do Contrato, a identidade e informações de contato do seu Encarregado de Proteção de Dados, bem como, se aplicável, o endereço da página eletrônica onde essa designação é realizada, conforme estabelecido no § 1º do art. 41 da LGPD e se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído, independentemente das alterações em sua página eletrônica.

11.4. O CONTRATADO deverá cooperar com a Administração Direta e Indireta do Estado do Ceará no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de Controle, quando relacionados ao objeto contratual.

11.5. O CONTRATADO não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.5.1. Caso autorizada transmissão de dados pelo CONTRATADO a terceiros, as informações fornecidas e/ou compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, adotando procedimentos de segurança que assegurem a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

11.5.2. As PARTES se obrigam a zelar pelo sigilo dos dados, garantindo que apenas as pessoas que efetivamente precisam acessá-los o façam, submetendo-as, em todo caso, ao dever de confidencialidade.

11.6. Ocorrendo o término do tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da mesma lei, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6.1. O CONTRATADO não poderá deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.6.2. O CONTRATADO deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de seu tratamento.

11.6.3. O CONTRATADO fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais, e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

11.7. As PARTES devem adotar boas práticas de governança e medidas técnicas e administrativas em relação ao tratamento dos dados, compatíveis com a estrutura, a escala e o

volume de suas operações, bem como a sensibilidade dos dados tratados.

11.7.1. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, inclusive dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula.

11.7.2. O CONTRATADO se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou fornecedores que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, agirão de acordo com o presente contrato, com as leis de proteção de dados e que estes respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição do CONTRATANTE, mediante solicitação.

11.7.3. O CONTRATADO deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

11.8. Em caso de incidente de segurança em relação aos dados tratados neste certame/contrato, que comprometa a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, a PARTE que sofreu o incidente deverá comunicar imediatamente a ocorrência a partir de uma notificação que conterá, no mínimo:

- a) Data e hora do incidente;
- b) Data e hora da ciência pela PARTE responsável;
- c) Descrição dos dados pessoais afetados;
- d) Número de titulares afetados;
- e) Relação dos titulares envolvidos;
- f) Riscos relacionados ao incidente;
- g) Indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados;
- h) Motivos da demora, no caso de a comunicação não haver sido imediata;
- i) Medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
- j) O contato do Encarregado de Proteção de Dados ou de outra pessoa junto a qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido;

11.8.1. Na hipótese descrita acima, as PARTES atuarão em regime de cooperação para:

- a) Definir e implementar as medidas necessárias para fazer cessar o incidente e minimizar seus impactos;
- b) Prover as informações necessárias à apuração do ocorrido no menor prazo possível;
- c) Definir o padrão de respostas a serem dadas aos titulares, terceiros, à ANPD e demais autoridades competentes.

11.9. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros;

11.10. A critério do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocado a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos bens objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

11.11. O CONTRATADO indenizará o CONTRATANTE, em razão do não cumprimento das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face do CONTRATANTE a esse título.

11.12. Em caso de responsabilização do Estado por danos e/ou violações à LGPD decorrentes do objeto do contrato, deverá ser apurado os danos que efetivamente cada uma das partes causarem ao titular dos dados, para fins de assegurar o direito de regresso do Estado nos termos da legislação.

11.12.1. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da Lei nº 13.709/2018 deverão ser comunicados à ANPD.

11.14. Este instrumento pode ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

13.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

13.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

13.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

13.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8 deste contrato, bem como nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

13.2.4. Multa:

13.2.4.1. Moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor

da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

13.2.4.2. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

13.2.4.3. Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

13.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

13.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.6.4. Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

13.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicados, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e no Certificado de Registro Cadastral(CRC) do Estado do Ceará.

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

13.11. Os débitos do CONTRATADO para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o CONTRATADO possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

13.11.1. Na impossibilidade do pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes, o CONTRATADO recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do CONTRATANTE, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. Este contrato se extingue nas seguintes hipóteses:

I - Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto, e.

II - Quando mesmo não cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, ocorrer algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a) Na hipótese do inciso II, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

14.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.3.3. Indenizações e multas.

14.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.5. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso VIII, do art. 137, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem que caiba ao CONTRATADO, direito à indenização de qualquer espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada, conforme o caso:

15.1.1. Gestão/Unidade: _____;

15.1.2. Fonte de Recursos: _____;

15.1.3. Programa de Trabalho: _____;

15.1.4. Elemento de Despesa: _____;

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

16.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção a Lei nº 12.527/2011, regulamentada no Estado do Ceará pela Lei nº 15.175/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

19.1. O modelo de gestão contratual consta no Termo de Referência, anexo a este contrato.

19.2. A execução contratual será acompanhada pelo(a) Gestor(a) do Contrato _____, CPF _____, representante especialmente designado(a) para este fim, ou pelo(a) respectivo(a) substituto(a).

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. Fica eleito o foro do município da sede do CONTRATANTE, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica do CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Local e data

(nome do representante)

CONTRATANTE

(nome do representante)

CONTRATADO

Testemunhas:

(nome da testemunha 1)

RG:

CPF:

(nome da testemunha 2)

RG:

CPF:

Visto:

(nome do(a) procurador(a)/assessor(a) jurídico(a) da CONTRATANTE)